

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

ALINE DOMINGOS KAINGANG

**MULHERES INDÍGENAS E NÃO INDÍGENAS, A MATERNAGEM E A
UNIVERSIDADE: REFLEXÕES DE UMA ESTUDANTE KAINGANG DE SERVIÇO
SOCIAL**

Porto Alegre

2022

ALINE DOMINGOS KAINGANG

**MULHERES INDÍGENAS E NÃO INDÍGENAS, A MATERNAGEM E A
UNIVERSIDADE: REFLEXÕES DE UMA ESTUDANTE KAINGANG DE SERVIÇO
SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial à
obtenção do título de bacharela em Serviço
Social Instituto de Psicologia Da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rosa Maria
Castilhos Fernandes.

Porto Alegre

2022

CIP - Catalogação na Publicação

DOMINGOS KAINGANG, ALINE
MULHERES INDÍGENAS E NÃO INDÍGENAS, A MATERNAGEM E
A UNIVERSIDADE: REFLEXÕES DE UMA ESTUDANTE KAINGANG DE
SERVIÇO SOCIAL / ALINE DOMINGOS KAINGANG. -- 2022.
67 f.
Orientador: ROSA MARIA CASTILHOS FERNANDES.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto
de Psicologia, Curso de Serviço Social, Porto Alegre,
BR-RS, 2022.

1. MATERNAGEM. 2. MULHERES INDÍGENAS. 3.
PERMANÊNCIA ESTUDANTIL. I. FERNANDES, ROSA MARIA
CASTILHOS, orient. II. Título.

ALINE DOMINGOS KAINGANG

**MULHERES INDÍGENAS E NÃO INDÍGENAS, A MATERNAGEM E A
UNIVERSIDADE: REFLEXÕES DE UMA ESTUDANTE KAINGANG DE SERVIÇO
SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial à
obtenção do título de bacharela em Serviço
Social Instituto de Psicologia da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rosa Maria
Castilhos Fernandes

Aprovada em: Porto Alegre, 01 de abril de 2022.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dra. Rosa Maria Castilhos Fernandes, UFRGS.

Orientadora

Prof.^a Dra. Thaísa Teixeira Closs, UFRGS.

Examinadora

AGRADECIMENTO

Gostaria de agradecer e dedicar este trabalho primeiramente ao meu povo Kaingang, especialmente aos anciãos que resistiram na defesa de seus territórios

com todo seu saber, garra e espiritualidade, aos que morreram na luta para que pudéssemos estar dialogando e transmitindo esta ancestralidade nos dias atuais.

Agradeço aos meus filhos Kaíque Nã Ga Domingos Fortes, Fénhfej Manuh Domingos Lemes por todo companheirismo e paciência que tiveram durante este processo de escrita que de alguma forma estive ausente, por todo amor transmitido a partir dos olhares, risos, choros, e abraços confortantes. Às minhas irmãs, que com todo amor, nunca deixaram de acreditar no meu potencial e na concretização desta etapa a ser concluída. E ao meu pai Adelino Domingos, que de alguma forma me incentivou nos momentos difíceis. Aos amigos, que sempre estiveram ao meu lado, pela amizade incondicional e pelo apoio demonstrado ao longo de todo o período de tempo em que me dediquei a este trabalho.

Agradeço também aos professores do curso de Serviço Social por entenderem e respeitarem meu próprio tempo em sala de aula, mas também por transmitir todo conhecimento adquirido até o momento. Em especial minha orientadora Rosa Maria Castilhos Fernandes que se fez presente não só em minha vida acadêmica, mas em todo este processo de angústias que me desafiaram a desistir dessa jornada, mas que sempre se fez presente, na garantia e luta pelos nossos direitos, a profa. Thaisa Teixeira Closs que através da supervisão de estágio pude compartilhar vivências de mulheres/mães nesta jornada.

Agradeço às profissionais, a assistente social do campo de estágio Sheila Silva de Oliveira e a psicóloga Mara Nunes pela aproximação e conhecimentos adquiridos, mas também, pelo desafio de conhecer, aceitar e respeitar os costumes e tradições dos povos indígenas.

Aos meus colegas de turma, por compartilharem comigo tantos momentos de descobertas e aprendizado. Aos meus colegas do Programa de Educação Tutorial Políticas Públicas de Juventude pelo conhecimento e espaço em que pude adquirir e transmitir conhecimento, em especial aos tutores Nair Iracema Silveira dos Santos e Rafael Arenhaldt por todos os conselhos, pela ajuda e pela paciência com a qual guiaram o meu aprendizado.

Enfim, às pessoas com quem convivi ao longo desses anos de curso, que me incentivaram e que certamente tiveram impacto na minha formação acadêmica.

*Disseram a ela que não era capaz,
ela chorou.
Disseram a ela que estava sozinha,
ela desapareceu.
Elas gritaram...
Mulheres potencia.
Ela descobriu que sua morada está na resistência.*

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Planejamento para a Execução do Projeto de Intervenção

50

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
CAF - Coordenadoria de Acompanhamento do Programa de Ações Afirmativas
CEDEL - Centro Diaconal Evangélico Luterano
CEI – Casa do Estudante Indígena
CEPA - Comunidade Evangélica de Porto Alegre
CEPE - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CEU – Casa do Estudante Universitário
CONSUN – Conselho Universitário
CF - Constituição Federal
CFESS - Conselho Federal de Serviço Social
CRESS - Conselho Regional de Serviço Social
ERE – Ensino Remoto Emergencial
GAIN - Grupo de Acolhimento Indígena
GPETPS - Grupo de Pesquisa Educação, Trabalho e Políticas Sociais
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IECLB - Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil
MEC – Ministério da Educação
NUDEM – Núcleo de Defesa dos Direitos da Mulher
OMS - Organização Mundial de Saúde
ONU - Organização das Nações Unidas
PBP – Programa de Bolsa Permanência
PEC - Proposta de Emenda à Constituição
PEP - Projeto Ético-Político
PET - Programa de Educação Tutorial
PL – Projeto de Lei
PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNAS – Política Nacional de Assistência Social
PNE – Plano Nacional de Educação
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PSI – Processo Seletivo de Indígenas
SAF – Serviço de Atendimento Familiar
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1 TECENDO AS REFLEXÕES INTRODUTÓRIAS	8
2 A (IN)VISIBILIDADE DAS MULHERES E A (DES)PROTEÇÃO SOCIAL	15
2.1 DIREITOS DAS MULHERES: INDÍGENAS E NÃO INDÍGENAS	19
2.2 AS MULHERES INDÍGENAS E A MATERNAGEM NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: NARRATIVAS INVISIBILIZADAS DE ESTUDANTES INDÍGENAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO	25
3 UMA EXPERIÊNCIA FORMATIVA EM SERVIÇO SOCIAL: O DIÁLOGO DE UMA MULHER INDÍGENA COM MULHERES NÃO INDÍGENAS	38
3.1 O SERVIÇO SOCIAL: A PROFISSÃO QUE ESCOLHI	38
3.2 O ESTÁGIO PROFISSIONAL: OS DESAFIOS E AS EXPERIÊNCIAS VIVIDAS	42
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS	62

1 TECENDO AS REFLEXÕES INTRODUTÓRIAS

Este trabalho de conclusão de curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul tem como principal temática refletir sobre os desafios das mulheres indígenas e não indígenas, a maternagem e a Universidade. O assunto a ser abordado trata-se da permanência destas mulheres no ensino superior, a educação infantil e as dificuldades da maternidade que estas mulheres têm vivenciado. Desta maneira, dialogar sobre esta temática será de extrema importância para uma reflexão crítica sobre o tema, assim como a sua interlocução com o Serviço Social.

Desde que ingressei no curso de Serviço Social, foram e são muitos os desafios enfrentados cotidianamente como mulher indígena Kaingang. Ao chegar em um mundo totalmente distinto do “meu”, vindo de uma cidade com pouco mais de 2000 habitantes, de uma aldeia com 1050 indígenas, me deparo com uma imensa cidade: Porto Alegre. Apesar de ter familiares nesta selva de pedras, o estranhamento, o tumulto, os edifícios e os vários veículos circulando, me instiga a voltar para casa, porém a vontade de adquirir conhecimento era maior. Prontamente com o desejo de conhecer e enfrentar esta realidade, ingressei no curso de Serviço Social na Universidade Federal do Rio Grande do Sul no ano de 2013, deixando os familiares e parentes há mais de 8 horas longe de casa. Não entendia nada sobre cotas, menos sobre o processo específico indígena da qual foi à modalidade que havia ingressado naquele ano. Importante registrar que no Processo Seletivo de Indígenas (PSI) na UFRGS são disponibilizadas dez vagas por ano e, desde 2008, este número para ingresso segue inalterado.

De acordo com a Coordenadoria de Ações Afirmativas da UFRGS para esse processo é promovido anualmente encontro com lideranças locais do Rio Grande do Sul, para a escolha de cursos que serão oferecidas vagas suplementares àquelas ofertadas no Concurso Vestibular para o Processo Seletivo Específico a Estudantes Indígenas. Conforme Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE – nº 67/2018, este processo seletivo é destinado exclusivamente aos estudantes indígenas do território nacional que sejam egressos do Sistema Público de Ensino Médio, em conformidade com o que estabelece a Decisão nº 268/2012 do Conselho Universitário – CONSUN,

modificada pela Decisão nº 312/2016 e pela Decisão nº 212/2017, ambas do CONSUN e a legislação vigente. O Curso de Serviço Social desde sua criação no ano de 2010 na UFRGS já possui ingresso de estudantes indígenas sendo atualmente 2 diplomadas e 7 realizando o Curso

Quando cheguei à universidade, soube que teria uma moradia para poder permanecer e estudar. Achei legal... “irei morar em um prédio”. Tenho uma pequena lembrança de um prédio quando era muito pequena e fui vender artesanatos com meu pai para uma senhora em um edifício que achava muito lindo, então imaginava mais ou menos isso. Nossa, vou poder voar novamente, pensava eu sobre o elevador. Ao me deparar com a Casa de Estudantes Universitários- a CEU, não foi muito bem o que havia imaginado, ao contrário, foi muito difícil, pois não tinha ainda um quarto destinado a nós indígenas ingressantes daquele ano, teria que bater de porta em porta dos 8 andares que dispusessem vagas disponíveis, aquele momento foi bem constrangedor pois estava com malas, coisas pessoais que havia trazido comigo. Então lá fomos nós batendo de porta em porta para dividir um quarto com outro estudante.

Na primeira noite uma parenta indígena, cedeu seu quarto para dormir e descansar já que o dia tinha sido extremamente cansativo, assim seguiu nos outros dias a procura de um quarto até conseguir me instalar em uma vaga. O que não foi nada fácil, pois dividir moradia com um não indígena, com costumes totalmente diferentes nos traz estranhamento e sim, vontade de voltar para casa. Neste contexto, eu procurava estar com meus parentes indígenas, pois esse sentimento era do coletivo de indígenas, nos reunindo no hall dos andares, e isso também causava um estranhamento para os não indígenas, pois era difícil a circulação de pessoas pelos andares. Apesar de estas diferenças serem difíceis, riamos muito de tudo isso, e nossos risos e falas altas incomodavam os não indígenas, momento este em que nos fortalecemos para poder permanecer nesta selva de pedras.

Apesar de ter contato com jovens não indígenas durante o processo de ensino médio, a dificuldade de estar “só”, ser apenas uma indígena da turma do Serviço Social, gerava desconforto, e timidez. Além disso, a dificuldade de interpretação do modo de falar dos *Fóg* (não-indígenas) ocasionava a dificuldades para entendimento e comunicação com professores e colegas de turma, entendia que naquele momento o meu modo de falar estava errado, então não conversava

muito, sempre com um olhar de desconfiança, pois o processo histórico nos deixou mais atento para tudo que extraem de nós indígenas.

Ademais, o processo de interpretação dos textos e desconhecimento de autores estrangeiros dificultava a permanência na universidade, pois falar sobre “o capital” para mim naquele momento era desnecessário, visto que para nós indígenas ainda era limitado o conhecimento, pois nosso modo de viver não contempla o cenário do capitalismo vivido nos dias atuais. Aos poucos fui entendendo que todo o processo de colonização, opressões e todo tipo de violação de direitos indígenas assim como as invasões dos territórios indígenas pelo Brasil afora, estão relacionados com este sistema capitalista.

Diante disso, sentia a necessidade de participar dos espaços que discutem a pauta dos povos indígenas. Muitos espaços em que participei, pude adquirir aprendizagens e compartilhar conhecimentos sobre o modo de ser, viver e conhecer indígena. O primeiro espaço foi o Programa de Educação Tutorial Políticas Públicas de Juventude, a partir deste grupo foi onde ouvi pela primeira vez falar sobre cotas, sobre a importância e a participação da juventude dentro e fora da universidade, além disso, a participei de alguns encontros formativos em escolas periféricas de Porto Alegre e região metropolitana para falar com jovens daqueles territórios, da mesma maneira dentro de uma comunidade indígena. As ações afirmativas e as cotas para educação superior eram a principal pauta para o diálogo nas escolas. Foi possível observar o quanto dificilmente era abordado o ingresso nas universidades públicas para pretos, pardos e indígenas, visto que a realidade desses estudantes era distante do ensino superior, muito embora eu tenha sido contemplada com as cotas destinadas aos indígenas para ingresso na UFRGS.

Além disso, com tantas demandas do curso e dificuldade de interpretação de textos como no caso da obra *A Dialética do Concreto*, de Karel Kosik (Disciplina de Sociologia), na época tínhamos que discutir dois capítulos o do “Homem” e o da “Práxis” e foi então que procuramos a professora da Comgradss e a técnica de assuntos educacionais que junto conosco iniciaram um diálogo que culminou na criação de um espaço que acolhesse estas demandas em conjunto com professores/as para poder compreender e associar a questão indígena dentro da sala de aula. Tal espaço se deu a partir de dúvidas de estudantes indígenas, criando assim o espaço Grupo de Acolhimento Indígena – GAIN. Este espaço foi criado para o acolhimento de nós indígenas, onde na língua Kaingang GA, significa “terra” e ÎN,

casa, para nós era importante essa identidade, assim consideramos que este espaço da universidade também poderia ser nosso lar, nosso território.

Deste modo fomos acolhidos no curso de Serviço Social, como pertencente deste território. Na época já éramos em 3 estudantes Kaingang no Curso de Serviço Social e aos poucos foram chegando duas estudantes do Curso de Psicologia e de outros Cursos que encontraram a acolhida para diferentes reflexões. Também tive importantes monitorias, colegas do Curso de Serviço Social e que me acompanharam neste processo de formação. O processo de monitoria para mim no início foi muito difícil, pois precisava existir uma relação mais que monitora e aluna, precisava existir uma conexão humana de autoconhecimento, autocuidado de ambas, e ao longo do curso foi trabalhado muito essa questão com a monitoria que era oferecida aos cursos. Desta maneira criamos muitos métodos e incluímos a questão indígena nas atividades em conjunto com as monitorias do curso, podendo dialogar e questionar dentro da sala de aula.

Nesta caminhada tive meus filhos. Falar sobre a maternidade tinha dois lados: sempre que conseguia voltava para aldeia, e quando chegava sempre ouvia principalmente de minha avó, o porquê de ainda não ter filhos, pois na nossa cultura a maternagem na maioria das vezes chega ainda na adolescência então sempre era questionada, porém ela sempre me falava também que quando a “mãe do corpo” estivesse pronta, eu estaria preparada para gerar a vida. Mas havia também as falas de não indígenas dizendo estar cedo demais para pensar sobre o assunto. Quando tive este sentimento de estar preparada logo descobri a gravidez, então para mim foi um sentimento muito forte espiritualmente, pois foi um momento de conexão com meus ancestrais e com a natureza, foi o momento em que paro com o relógio, com o tempo da universidade e retorno às minhas origens, aos meus valores e costumes, não pensei duas vezes em retornar para aldeia para gestar meus descendentes junto a suas origens.

Retornei para a Universidade, pois mais uma vez tinha a certeza de que a finalização do Curso em Serviço Social se constituía em um importante objetivo na minha vida. Vivenciei muitas situações, pois a dificuldade de moradia estudantil para mulheres indígenas mães é uma cruel realidade. Além disto, a falta de vaga em escola infantil para o meu filho também foi um processo angustiante, pois minha carga horária, estágio e aulas, não permitiam os cuidados em tempo integral para o filho, a procura foi grande, longas horas caminhando nas escolas infantis da região,

o que só consegui após intervenção do Ministério Público. Perdi as contas das vezes que tive que levá-lo para a sala de aula e atividades remuneradas para complementação da renda, e neste momento percebo a estranheza dos não indígenas nestes espaços em que começo a levar meu filho. Aos poucos percebi a solidariedade e a compreensão dos colegas e professoras da necessidade de estar com meu filho em aula. No entanto, este ciclo foi exaustivo e desafiador e ao mesmo tempo com muitas descobertas e aprendizagens. Pois ter de inserir uma criança em um ambiente totalmente diferente do seu, desigual do que é a educação escolar indígena, era um desafio.

Aos poucos fui me inserindo em outros coletivos como no Grupo de Pesquisa Educação, Trabalho e Políticas Sociais, coordenado pela Professora Rosa Maria Castilhos Fernandes, quando então vivenciei a experiência de pesquisadora e participei no ano de 2019 do Salão de Iniciação científica da UFRGS apresentando os resultados parciais da pesquisa que teve como objetivo geral: “analisar as lutas sociais dos povos indígenas em defesa dos territórios e das políticas indigenistas no Brasil, no período de 2016 a 2019, enquanto manifestações da questão social, para afirmação dos direitos indígenas e socialização junto à comunidade acadêmica.” Também participei como co-autora de um dos capítulos da obra “Políticas Indigenistas: contribuições para afirmação dos direitos indígenas” (FERNANDES; DOMINGOS, 2020).

Foi então, no estágio curricular obrigatório em Serviço Social I, II e III que vivi minha primeira experiência interventiva, ou melhor, de trabalho profissional e que foi no Centro Diaconal Evangélico Luterano - (CEDEL). Trata-se de uma organização mantida pela Comunidade Evangélica de Porto Alegre (CEPA). Intitulada mantenedora, filiada à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), sendo o CEDEL um departamento da CEPA, entidades sem fins lucrativos, e desenvolve programas e projetos na área da política de assistência social. Com base na convivência com o trabalho da assistente social e nos fundamentos do Serviço Social, desenvolvi um projeto no Serviço de Atendimento Familiar- SAF, com as mulheres do território atendido. Sentia a necessidade de falar mais sobre a temática das mulheres/mães naquele espaço, que por sua vez, eram a maioria a serem acolhidas pelo SAF.

Desta maneira houve a interlocução entre diferentes mulheres: brancas, pretas e indígenas, mas com o mesmo objetivo, a emancipação humana dessas

mulheres, e a busca pelos seus direitos sociais numa perspectiva de emancipação política, conectando estas mulheres com a mesma finalidade. É então que trago neste trabalho de conclusão esta temática dos direitos das mulheres indígenas e não indígenas considerando o diálogo que tive com um coletivo de mulheres no meu estágio, a maternagem e os aspectos que circundam o ambiente acadêmico no que diz respeito às dificuldades da permanência neste contexto para finalização do Curso e a importância de o Serviço Social estar atento a essa realidade.

Além disso, não podemos deixar de citar a pandemia da Covid-19, que se instaurou no cenário mundial, deflagrando uma crise sanitária e agravando as desigualdades sociais existentes nos países periféricos e, conseqüentemente, nas condições de vida da população e, nesse caso, dos/as indígenas. As violações que os povos indígenas vêm sofrendo neste (des) governo Jair Bolsonaro (2018 - atual) que são evidenciadas brutalmente através de ataques que afetam diretamente a vida dos povos indígenas não podem passar despercebidas, pois são parte da história dos povos originários da qual faço parte como Kaingang.

Segundo Angélica Domingos - Kaingang (2016) tratar sobre os Coletivos Indígenas no Brasil, requer mergulhar no tempo há 516 anos, quando se dá o processo de invasão e colonização do país. Desde os primórdios os povos originários são brutalmente atacados, e vários dos nossos morreram para que hoje pudéssemos estar em nossos territórios. Porém a luta ainda continua, o Brasil vem sendo atacado pelo governo anti-indígena, rasgando totalmente a Constituição Federal Brasileira de 1988, pregando palavras de ódio, e a mais recente manobra de ataque direto aos povos indígenas é o Projeto de Lei (PL 490). O PL 490, no entanto, cria um "marco temporal": ou seja, só serão consideradas terras indígenas os lugares ocupados por eles até o dia 5 de outubro de 1988. Em junho de 2021 os povos indígenas se reuniram em Brasília para manifestar-se contra este projeto genocida, sendo que não foi a única manifestação contrária ao PL 490, em outros estados do Brasil manifestantes fecharam ruas e rodovias em um só objetivo: a luta pela vida.

Neste contexto retornei para a aldeia e de lá tentei seguir meus estudos, mas encontrei muitas dificuldades de aprender de forma remota ou ainda como o chamado ensino remoto emergencial - ERE, pois anteriormente dependia do computador da universidade, não havia internet na casa dos meus familiares. Além disso, não tem um lugar apropriado para dedicar-se aos estudos, com a casa cheia

sem que as crianças pudessem estar inseridas na escola. Tive de me adaptar ao ensino remoto com estas adversidades encontradas pelo caminho. E aqui estou escrevendo aquilo que aprendi muito por meio da oralidade e que durante o Curso pude realizar leituras e discutir a formação do Assistente social dentro e fora das comunidades indígenas. Por isto neste processo formativo profissional dei lugar à escrita para demonstrar as aprendizagens deste processo e ir além dos saberes adquiridos ao longo da minha vida pela oralidade e diálogo com os parentes Kaingang.

Este trabalho além destas reflexões introdutórias está dividido em mais dois capítulos. O capítulo 2 intitulado “A (in) visibilidade das mulheres e a (des) proteção social” é o lugar onde tratou sobre a concepção de proteção social, fazendo referência a Constituição Federal de 1988 e aos poucos vou me aproximando da discussão sobre os direitos das mulheres, abordando algumas legislações voltadas às indígenas e não indígenas. Também trago as reflexões oriundas da experiência de uma mulher indígena ao ingressar como cotista na Universidade e as dificuldades de conciliação dos estudos com a maternidade. Ainda, nesta parte, utilizo referências produzidas por mulheres indígenas e estudantes que contribuíram para esta reflexão. No capítulo 3 “Uma experiência formativa em serviço social: o diálogo de uma mulher indígena com mulheres não indígenas” escrevo sobre a profissão que escolhi e divido aqui a experiência que tive durante o estágio profissional obrigatório no Curso de Serviço Social onde desenvolvi um trabalho junto às mulheres usuárias da política de assistência social operacionalizada pelo espaço sócio-ocupacional em que me inseri. E por fim, tecemos as considerações finais deste trabalho que fecha um ciclo na minha vida tanto de formação profissional como humana e política, e certamente abre outro para o exercício da profissão de assistente social.

2 A (IN)VISIBILIDADE DAS MULHERES E A (DES)PROTEÇÃO SOCIAL

Somos muitas, somos múltiplas, somos mil-lheres, cacicas, parteiras, benzedeadas, pajés, agricultoras, professoras, advogadas, enfermeiras e médicas nas múltiplas ciências do Território e da universidade. Somos antropólogas, deputadas e psicólogas. Somos muitas transitando do chão da aldeia para o chão do mundo. Mulheres terra, mulheres água, mulheres biomas, mulheres espiritualidade, mulheres árvores, mulheres raízes, mulheres sementes e não somente mulheres, guerreiras da ancestralidade. (Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade - ANMIGA, 2021).

Neste capítulo tecemos algumas reflexões sobre a necessária proteção social das mulheres na contemporaneidade, em especial as mulheres que são violadas dos seus direitos no cotidiano vivido e, por vezes, invisibilizadas pela sociedade machista, patriarcal e colonialista que caracteriza a formação sócio-histórica da sociedade brasileira. Desde 2010 a população feminina é maior do que a população masculina, pois estima-se que existam cerca de quatro milhões a mais de mulheres em relação à quantidade de homens no país. De acordo com o censo do IBGE, em 2010, o percentual de mulheres era 51%, enquanto o de homens era de 49% do total da população brasileira (IBGE, 2010).

No Brasil, em tempos de governo e congressistas negacionistas existe uma tendência a ser afirmada de naturalização pelos conservadores de plantão das violações cometidas cotidianamente contra as mulheres, pois

[...] uma série de propostas encaminhadas por parlamentares e lideranças religiosas, fundamentalistas e ultra-reacionárias podem fazer com que se retroceda os já precários direitos femininos. Em uma situação de deterioração dos salários, perda expressiva de postos de trabalho, cortes nos orçamentos e desmontes nos serviços públicos, trata-se de um verdadeiro desafio para as/os assistentes sociais. E as mulheres profissionais do serviço social, que são parte majoritária na categoria, sofrem de maneira bastante específica as questões de gênero, tendo de lidar permanentemente em seus trabalhos com violações a direitos humanos envolvendo as mulheres. (CRESS/SP, 2015, s/p).

É neste contexto de violação de direitos que as mulheres indígenas e não indígenas também protagonizam suas lutas e resistência a todas as formas de opressão demandando um conjunto de direitos que possam efetivar a sua proteção social. Para começar vamos falar da proteção social como sendo parte do sistema de Seguridade Social Brasileiro, desde a Constituição Federal de 1988 fazem parte

deste sistema: a saúde, a assistência social e a previdência social. Mas também incluímos a educação por entender que esta deve ser ampliada para a real efetivação das proteções sociais.

Podemos dizer que de acordo com Couto (2012) a proteção social assume um duplo papel, pois ela diz respeito à proteção dos sujeitos frente aos riscos naturais e/ou sociais que os afetam, mas também assume a posição de regular as condições e as ações para que seja possível a reprodução da força de trabalho e manutenção do capital (COUTO *et al*, 2012). Pereira (2011) refere que a proteção social é formada pela seguridade social, pelo asseguramento ou garantias à seguridade social e pelas políticas sociais.

A primeira constitui um sistema programático de segurança contra riscos, circunstâncias, perdas e danos sociais cujas ocorrências afetam negativamente as condições de vida dos cidadãos. O asseguramento identifica-se como regulamentações legais que garantem ao cidadão a seguridade social como um direito. E as políticas sociais constituem uma espécie de política pública que visa concretizar o direito à seguridade social, por meio de um conjunto de medidas, instituições, profissões, benefícios, serviços e recursos programáticos e financeiros (PEREIRA, 2011, p. 16).

Entretanto, é fundamental compreendermos a proteção social como algo que vai além da dimensão posta pela seguridade social na Constituição Federal de 1988 pois é uma compreensão ampliada que irá abarcar as demais políticas e direitos sociais, tais como: a educação, a habitação, a cultura, e ainda como por exemplo o direito originário dos povos indígenas que é o território, pois sem ele não há proteção social indígena. Contudo, também é importante considerar que o asseguramento e/ou garantias legais das políticas sociais, citadas por Pereira (2011), fazem parte do sistema de proteção social, que é formado então pelas diversas políticas sociais articuladas e reguladas em formas de leis. Trazendo como exemplo a política de assistência social (PNAS, 2004), observamos a forma como a proteção social aparece na literatura desta área, pois como refere Sousa (2016):

O uso da expressão proteção social aparece na literatura especializada de assistência social com três significados diferentes. O primeiro é como sinônimo de seguridade social. Neste caso, a assistência social é definida como proteção social não contributiva, para diferenciar-se da previdência social, que define seu vínculo a partir do ingresso no mercado de trabalho e com contribuições financeiras individuais obrigatórias aos fundos de previdência. Na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em sua forma vigente, proteção social aparece com dois significados: a) como um dos objetivos da Assistência Social; b) como categoria de serviços prestados às

populações vulneráveis, subdivididos em básicos e especiais [...] as populações de referência para a proteção social definida pela assistência social são: famílias, gestantes e nutrízes, crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência. (SOUSA, 2016, p.228).

Sousa (2016) refere ainda que a proteção social é como um conjunto de políticas e programas que visam assegurar a indivíduos e famílias proteção frente às situações de risco ou vulnerabilidade social. “É também, um dos componentes essenciais das estratégias de alívio de pobreza e outras vulnerabilidades, redução da exclusão social e produção de resiliência contra os choques econômicos, sociais e ambientais” (SOUSA, 2016, p. 226).

Desta maneira, estas políticas e programas enfatizam a importância, e principalmente a emancipação política destas famílias considerando os direitos que devem acessar, sendo estas na maioria dos casos, mulheres/mães, provedoras de seus lares. Assim, considerando que a proteção social abarque esses direitos sociais, enquanto ato político pois a política social tem suas contradições. Segundo as autoras Behring e Boschetti na sociedade capitalista as políticas sociais assumem “algumas responsabilidades sociais, com a intenção de manter a ordem social” (BEHRING, BOSCHETTI, 2009, p. 47).

Sendo assim, a mobilização e a organização da classe trabalhadora foram essenciais para os determinantes da pauta relacionada à emancipação humana dos trabalhadores que na ocasião em que o proletariado era predominantemente empregado da sociedade capitalista. A partir de movimentos da luta de classe dos trabalhadores foi possível evidenciar as políticas sociais que abarcam políticas e programas que assegurem a proteção social destes indivíduos:

Assim, a generalização dos direitos políticos é resultado de luta da classe trabalhadora e, se não conseguiu constituir uma nova ordem, conseguiu contribuir significativamente para ampliar os direitos sociais, para tencionar, questionar e mudar o papel do estado no âmbito do capitalismo a partir do final do século XIX e no início do século XX. (BEHRING, BOSCHETTI, 2009, p.64).

Porém, é importante destacar que a política social vem se transformando ao longo dos períodos, considerando diferentes teorias, e que atualmente ela se define com base na estruturação que segundo a autora Potyara Pereira:

Genericamente, a política social é entendida como ação do Estado, gerida pelos governos, para atender às demandas e necessidades coletivas. Constitui um produto institucional que provê benefícios e serviços sociais, financiados pelo Estado e regulados administrativamente. Diferencia-se da política econômica por visar à coesão social e à melhoria das condições de vida de indivíduos e grupos; e divide-se em setores também classificados como sociais: saúde, educação, habitação, previdência, assistência social, emprego, dentre outros. Algumas de suas provisões são contributivas (pagas antecipadamente pelos próprios beneficiários), assumindo a forma de seguro, cujo melhor exemplo é a previdência social; entretanto, existem provisões não contributivas, denominadas serviços sociais, que são bancados por um fundo público, constituído de tributos (impostos, taxas e contribuições) e gerenciado pelo Estado. É por meio desses serviços que a política social presta atendimentos – que podem ser universais ou seletivos, dependendo do regime de bem-estar em vigência – nos seus diferentes setores e nos três níveis de governo (municipal, estadual, federal). (2016. p.204).

No entanto, embora esteja de forma adequada, é questionável às relações em que se inserem as políticas sociais, pois:

Efetivamente, para além de uma ação do Estado, esta política é um processo, internamente contraditório, que também envolve a sociedade por ser cria da relação, recíproca e antagônica ao mesmo tempo, entre essas duas instâncias (IANNI, 1986). Em decorrência, ela não é só do Estado e nem só da sociedade, mas de todos e, por conseguinte, é pública (política pública). Face a ela, ao Estado cabe duplo papel: a) garantir, aos cidadãos, direitos sociais e de controle dessa garantia; b) prover e gerir benefícios e serviços sociais como dever institucional. À sociedade, por sua vez, cabe forjá-la e vigiá-la. Por ser, a sociedade, espaço das classes sociais, as correlações de forças gestadas e operadas em seu âmbito suscitam intervenções estatais que despertam variadas reações societárias. Por ser assim, a política social atende interesses contrários e assume diversas feições. (PEREIRA, 2016. p.204).

Embora a relação entre capital e trabalho esteja associada, ela atende não somente ao estado e nem à sociedade, mas envolve ambos para a efetividade das políticas sociais, nas quais são de extrema importância para a emancipação humana dessas mulheres/mães que delas usufruem.

Para além deste diálogo, é importante elucidar as várias singularidades da questão social mencionadas anteriormente. Para muitas dessas mulheres/mães indígenas, pretas, brancas este debate ainda é tratado de forma preconceituosa, pois estas são invisibilizadas e desprotegidas por consequência de uma sociedade que atualmente se denomina machista e patriarcal. Consequentemente inúmeras destas estão em situação de desproteção social. Porém é necessário que se desenvolvam trabalhos e ações que acolham estas demandas para a efetivação de

melhorias das políticas e programas sociais que alcancem principalmente as mulheres.

Considerando o que vimos até aqui, destacamos a proteção social no que se refere às mulheres focando na necessidade de evidenciar as mais variadas formas de expressões da questão social que se manifestam no dia-a-dia destas usuárias. Isto significa falar sobre a desproteção desta população que se encontra em vulnerabilidade social. Porém é evidente que entre os membros da maioria destas famílias que se encontram em (des)proteção social estão as mulheres, que por sua vez são chefes de família que arcam com os cuidados diários da casa e conciliam a responsabilidade de atender os filhos e encarregam-se de trazer o alimento.

As reflexões aqui realizadas partem da discussão dos direitos das mulheres indígenas e não indígenas para chegarmos às suas lutas e resistências e, então, nas suas conquistas, como por exemplo, o acesso ao direito à educação superior e a relação com a maternidade.

2.1 DIREITOS DAS MULHERES: INDÍGENAS E NÃO INDÍGENAS

"Discriminação contra a mulher" significará toda distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo. (ONU, 1979).

Muito se discute a importância de falar sobre os direitos das mulheres em meio a uma sociedade machista e patriarcal, aonde seus direitos vêm sendo violados cotidianamente. No entanto, discorrer sobre esta temática é dar visibilidade a estas mulheres desassistidas, evidenciando os ataques que se expressam de várias maneiras, mas também resplandecer os direitos destas mulheres, direitos esses promulgados na Constituição Federal de 1988. Muitas mulheres tiveram suas vidas perdidas para que hoje pudéssemos dialogar sobre este assunto extremamente doloroso para umas, e um afago ao poder compartilhar de forma que evidencie a desproteção social vivida por estas mulheres que vivem em cidades, territórios indígenas, zonas rurais, mas que se conectam através de lutas constantes para sobreviver e fazer valer a pena seus direitos constitucionais.

Apesar dos avanços e conquistas ainda persistem as desigualdades de gênero, as discriminações e a violência contra as mulheres em especial num contexto de raízes patriarcais e machistas que são parte da formação sócio-histórica brasileira e que se sobressai em sociedades conservadoras e em governos neoliberais e discriminadores. O Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) de 2016 registra que no Brasil:

Mulheres recebem até 25% a menos que homens desempenhando trabalhos semelhantes e que a taxa de mortalidade materna é de 44 mortes a cada 100 mil nascidos vivos (a Noruega, a primeira colocada no ranking, apresenta 5 mortes para cada 100 mil). Na política brasileira, apenas 10% dos assentos do parlamento são ocupados por mulheres (a Argentina conta com 37% e a Arábia Saudita com 19,9%). A acentuada discrepância na participação política fez com que o Brasil caísse 11 posições (atualmente ocupa a 90ª posição no ranking, o que representa também uma queda de 23 posições desde 2011) no Relatório de Desigualdade Global de Gênero 2017, divulgado em 2017 pelo Fórum Econômico Mundial. (ARAÚJO; FACCHINI, 2018, s/p).

Araújo e Fachinni (2018), reafirmam que é preciso lembrar que as ameaças e o desrespeito aos direitos humanos e às conquistas das mulheres não acontecem sem resistências e sem luta por isto: “Nem um direito a menos! É pela vida das mulheres”. As autoras referem:

Os feminismos do século XXI são cada vez mais conjugados no plural, têm seu alcance amplificado com a popularização do acesso a tecnologias de informação e comunicação e o aumento da escolaridade, têm sido constantemente renovados por uma grande quantidade de jovens e meninas, pelas mulheres negras, e indígenas e de diferentes orientações sexuais, pelas trabalhadoras rurais e também pelas trabalhadoras de distintos setores nas cidades. São muitos os feminismos, pois expressam também a diversidade das mulheres. (ARAÚJO; FACHINNI, 2018, s/p).

Pode-se afirmar que, em razão de grandes lutas através de movimentos, as mulheres têm garantido seu espaço na sociedade, onde hoje estão inseridas em diversos espaços, na política, em universidades, no mercado de trabalho, entre outros. Porém, parte destas mulheres ainda sofre inúmeras formas de violência, principalmente com a chegada da pandemia ocasionada pelo vírus da Covid-19, que fez com que muitas destas mulheres fossem vítimas dentro de seus próprios lares.

Atualmente, a violência contra as mulheres retrata uma das principais formas de violação dos direitos humanos, uma vez que, contribui para a desigualdade de

gênero, afetando diretamente os direitos considerados fundamentais, como o direito a vida, a liberdade, ao trabalho, a educação, a moradia, a saúde, e a integridade física.

Tendo em vista que nos dias atuais existam meios de proteção a estas mulheres, percebe-se que o processo de institucionalizar a Lei Maria da Penha demandou tempo e luta dos movimentos de mulheres. Além disso, até a década de 1980 não havia instrumentos jurídicos de proteção contra a violência às mulheres no Brasil.

De fato, essa é uma história recente no país. Por exemplo, até a década de 1970, a tese de legítima defesa da honra era aceita nos tribunais para inocentar maridos que assassinavam seu cônjuge, como o famoso caso Doca Street, de 1977, que gerou uma forte denúncia e reação do movimento feminista. Nesse mesmo período, se debatia no meio jurídico se o marido poderia ser sujeito ativo do crime de estupro contra sua esposa, uma vez que era dever dos cônjuges manter relações sexuais (Cerqueira e Coelho, 2014). Apesar de a Constituição de 1988 ter igualado as funções familiares entre homens e mulheres, apenas em 1995 a Lei no 9.520 revogou o Artigo 35 do Código de Processo Penal, que estabelecia que a mulher casada não poderia exercer o direito de queixa sem a autorização do marido, salvo quando fosse contra ele, ou que esta estivesse separada. (CERQUEIRA; MATOS; MARTINS; JUNIOR, 2015, p. 07).

A principal lei nacional no enfrentamento dessa violência é a Lei nº 11.340/2006, também conhecida como a Lei Maria da Penha. Esta lei é considerada a mais eficaz na abordagem jurídica brasileira na luta contra a violência baseada no gênero, casos estes que são cometidos na maioria das vezes por pessoas próximas da vítima, familiares ou pessoas de confiança.

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. (BRASIL, 2006).

Sendo assim, esta lei cria mecanismos de proteção a estas mulheres vítimas de qualquer forma de violência. Além disso, trata-se do bem viver dessas mulheres, na busca pela emancipação humana, visto que:

Art. 2º Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos

fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social. (BRASIL, 2006).

Embora a Constituição Federal de 1988 assegure o acesso à proteção destas mulheres, como um direito social, percebe-se que na atual realidade brasileira, não há a efetivação concreta da preservação total destas mulheres. Isso acontece devido ao grande crescimento de feminicídio nos centros urbanos, mas também em áreas rurais, e em comunidades indígenas do Brasil, por se tratar deste assunto ser um tabu principalmente a estas mulheres que não têm acesso a este conhecimento.

Embora o feminicídio exista na legislação brasileira, esta categoria não consta dos atestados de óbito produzidos pelo sistema de saúde, uma vez que a tipificação legal é de responsabilidade das instituições do sistema de justiça criminal. Assim, tendo em vista que a literatura internacional reconhece que a maior parte dos homicídios cometidos dentro de casa são de autoria de pessoas conhecidas da vítima (CERQUEIRA, 2015), os homicídios femininos ocorridos nas residências foram utilizados como proxy dos feminicídios. (IPEA, 2019, p. 41).

Destaca-se também que a maior parte destas mulheres que foram vítimas de homicídio são mulheres negras, porém esta informação não é divulgada e apresenta-se como “não informada”. Em muitos dos casos, no entanto, especialistas indicam que mulheres negras têm mais dificuldade em denunciar crimes e acessar serviços públicos de proteção, principalmente na atual conjuntura que estão inseridas, ou seja, de crise sanitária com a pandemia da Covid-19 e num contexto de acirramento das violações e desigualdades sociais. Segundo pesquisas recentes do atlas da violência de 2019, neste ano:

[...] 66% das mulheres assassinadas no Brasil eram negras. Em termos relativos, enquanto a taxa de homicídios de mulheres não negras foi de 2,5, a mesma taxa para as mulheres negras foi de 4,1. Isso quer dizer que o risco relativo de uma mulher negra ser vítima de homicídio é 1,7 vezes maior do que o de uma mulher não negra, ou seja, para cada mulher não negra morta, morrem 1,7 mulheres negras. (IPEA, 2019, p. 38).

A Lei Maria da Penha foi uma iniciativa muito justa e necessária. Porém, na prática, ainda é infelizmente ineficiente quando, efetivamente, a vítima necessita de proteção, mas muitas das vezes o tempo é incapaz de assegurar a proteção a estas mulheres, pois na maioria dos casos os homicídios acontecem dentro de seus

próprios lares. Levando em consideração que ao analisar os dados em relação à temática envolvida, compreende-se o grande déficit que circunda os direitos humanos a estas mulheres, pois a cada minuto uma mulher é violentada de forma física, psicológica, moral, sexual e patrimonial principalmente no âmbito familiar.

Também importante é citar a importância da Lei do Feminicídio - Lei 13.104/2015 - que prevê circunstância qualificadora do crime de homicídio e inclui o feminicídio no rol dos crimes hediondos. A lei considera o assassinato que envolve violência doméstica e familiar, menosprezo ou discriminação à condição de mulher. Entretanto, é preciso avançar fazendo a discussão das políticas públicas voltadas para as mulheres, reforçando os movimentos sociais em que as mulheres se destacam, como os movimentos das mulheres indígenas que vem protagonizando várias mobilizações no cenário nacional como, por exemplo, a Marcha das mulheres indígenas, este evento acontece de forma bienal, e que pela segunda vez mobiliza às mulheres de todos os biomas brasileiro.

Além disso, a marcha das mulheres indígenas também tem como finalidade a busca pela garantia de nossos territórios, e como forma de manifesto o tema central da marcha foi “Reflorestar mentes”: Reflorestar mentes de sonhos, de afetos, da ancestralidade, da coletividade, além disso, bem como, a luta pelos direitos e história. É importante lembrar que este evento prioriza às mulheres a estar presente representando seus coletivos, suas etnias, e isso instiga às mulheres a estarem nestes espaços não só presente, mas com todo seu empoderamento e dando visibilidade e autonomia de poder ser ouvida diante de outras mulheres sem ser calada, ou seja, às mulheres indígenas assumem um papel fundamental nas redes que tecem esse movimento.

Outro aspecto a destacar é que observamos que na Lei Maria da Penha não há uma citação direta às mulheres indígenas, ou seja, enquanto uma política indigenista que considere as particularidades originárias e as diferentes etnias e culturas. Convém reafirmar que também as mulheres indígenas sofrem violências como, por exemplo, os dois casos das meninas indígenas assassinadas brutalmente em seus territórios indígenas. O caso da jovem indígena kaingang, Daiane Gríá Sales, de 14 anos, que segundo a redação Brasil de fato informa que “foi encontrada morta, nua e com o corpo dilacerado, próximo à Terra Indígena Guarita, no município de Redentora - RS”; apresenta-se como mais um caso de feminicídio e de violência contra indígenas. Outro caso de feminicídio se refere ao da criança Raissa

Guarani Kaiowá, da etnia Guarani Kaiowá, de apenas 11 anos idade, encontrada morta e sem as roupas, em uma pedreira desativada na aldeia Bororó, onde morava na aldeia indígena de Dourados, em Mato Grosso do Sul.

Casos como estes são invisibilizados e meninas tendem a perder suas vidas de forma brutal, até que a mídia e a justiça evidenciem estes crimes, porém diariamente às mulheres são atacadas, vivendo num sistema machista, cruel, brutal e assassino. No entanto, o movimento das mulheres indígenas e órgãos defensores da causa indígena usam as redes sociais para repudiar os casos de feminicídio e de violência contra indígenas. Sonia Guajajara, uma importante liderança indígena no Brasil, também se manifestou em uma publicação na rede social Twitter Após acontecidos:

Hoje, no Dia Internacional dos Povos Indígenas, recebemos mais uma notícia triste que mata parte de nós. Semana passada foi Daiana Kaingang brutalmente assassinada esquartejada, hoje Raissa Guarani Kaiowá, parem de matar o corpo e futuro de nossas crianças e jovens. Exigimos justiça. (GUAJAJARA,2021, s/n).

Violências como essas não podem passar impune, nem ficarem em silêncio, atos praticados por uma sociedade doente não podem continuar em silêncio. Não podemos negar o quanto as mulheres indígenas de contexto urbano, também são vítimas da violência doméstica e familiar e, ainda, sofrem com a distância dos serviços públicos e com o precário acesso à informação. Estudo realizado no Mato Grosso do Sul (2022) observou que assim como ocorre com a maioria das mulheres em situação de violência doméstica:

[...] as indígenas também não denunciam por medo, vergonha, por temer represálias da família ou pela falta de condições financeiras para manter o lar na ausência do homem. Ameaças são os crimes mais registrados pelas mulheres adultas, enquanto que as adolescentes e jovens são a maioria das vítimas de crimes sexuais. Em 2019, as mulheres indígenas foram 05 das 30 vítimas dos feminicídios registrados no Estado. (NUDEM, 2022).

Entendemos que a iniciativa deste coletivo da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, por meio do NUDEM – Núcleo de Defesa dos Direitos da Mulher, com o objetivo de levar conhecimento acerca de seus direitos até as mulheres das etnias guarani e terena (maioria da população), como estratégia para que acessem seus direitos e enfrentamento da violência sofrida pelas mulheres e encorajando a denúncia, foram elaboradas cartilhas nas etnias guarani e terena,

contendo informações e orientações sobre a Lei Maria da Penha¹. Tal iniciativa deveria ser disseminada em todos Estados e nas etnias dos territórios, o que pode contribuir com esta discussão e defesa dos direitos das mulheres.

Também outra iniciativa importante se refere ao projeto Voz das Mulheres Indígenas, implementado pela ONU Mulheres em cooperação com a Embaixada da Noruega, que tem fomentado a mobilização social e a participação política de mulheres indígenas de mais de uma centena de etnias no Brasil. O projeto fortalece a atuação de mulheres indígenas em espaços de decisão dentro e fora de suas comunidades,

Ao apoiar a construção de espaços internos de tomada de decisão constituídos exclusivamente por mulheres indígenas, o projeto permitiu que, durante um ano e meio, um grupo de mulheres líderes coletassem informações em comunidades indígenas por todo o Brasil e constituíssem, pela primeira vez, uma pauta nacional comum das mulheres indígenas brasileiras. (ONU Mulheres, 2018)

Ciente da sucinta reflexão realizada diante da complexidade que é tratar deste tema tanto sobre as conquistas quanto sobre as violações dos direitos das mulheres indígenas e não indígenas, partimos para a discussão sobre os desafios da maternidade e do acesso à educação superior vivenciada pelas mulheres e, neste trabalho, trazemos a situação das estudantes indígenas.

2.2 AS MULHERES INDÍGENAS E A MATERNAGEM NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: NARRATIVAS INVISIBILIZADAS DE ESTUDANTES INDÍGENAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO

Falar sobre a permanência na universidade vai muito além de apenas estudar, ou melhor dizendo “produzir”, pois para nós indígenas significa ter de se adequar a um espaço totalmente diferente, pois muitos indígenas se deslocam de suas respectivas aldeias deixando seus parentes e toda sua rede de apoio para estudar nas universidades federais. Então, é importante começar pontuando que apenas continuar neste espaço “desconhecido” já é pensar nos desafios da permanência. ALINE DOMINGOS – KAINGANG (2022)

Nesta parte do trabalho trago as reflexões voltadas para a maternagem e a relação com o acesso e permanência na educação superior das mulheres indígenas

¹ Sobre as cartilhas, sugiro ver em: <https://www.naosecale.ms.gov.br/violencia-domestica-contra-mulheres-indigenas/>

na tentativa de dar visibilidade aos desafios neste processo de profissionalização. Para tanto, iniciamos trazendo parte dos resultados da pesquisa intitulada “*A Política de cotas na Educação Superior: contradições e resistências*” que realizamos na disciplina de Pesquisa em Serviço Social I e II no Curso de Serviço Social, visando aprofundar o conhecimento das políticas de educação voltadas para os povos indígenas no Brasil e para contribuir com a afirmação desta política indigenista.

Citar esta pesquisa aqui, é reconhecer a importância da pesquisa no trabalho profissional das assistentes sociais para apreensão e o conhecimento das múltiplas expressões da questão social e buscar a construção de estratégias para a transformação social. Por isto, partimos do entendimento de que não basta só acessar a Universidade por meio das cotas, é preciso permanecer. E os desafios são muitos, pois, para os indígenas, o processo de luta é contínuo e fundamenta-se na prática e na experiência dos povos originários do Brasil.

Dito isto, tal pesquisa documental teve como objetivo geral “Conhecer como a Política Nacional de Educação contribui para o acesso e permanência dos estudantes indígenas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul”. Inicialmente destaco a importância de discorrer sobre este assunto, pois a UFRGS foi uma das primeiras universidades a implantar a lei de cotas para o ingresso de estudantes indígenas e entende-se que há muita resistência ainda por parte da instituição em falar sobre a permanência destes estudantes indígenas.

Logo, as políticas de educação voltadas para os povos indígenas no Brasil, estão garantidas na legislação no âmbito federal, estadual, e municipal, porém permanecer nas universidades é o grande desafio que parte destes indígenas apresentam em seus relatos, por várias questões: a distância de casa, saudades da família, apresenta-se também o grande número de mulheres/mães chegando na universidade o que ocasionou em mais uma demanda para a instituição, onde às mesmas relatam que seus filhos devem estar acompanhados principalmente da mãe, pois se trata de uma questão cultural.

No processo de construção desta investigação e das análises realizadas foi possível identificar diretrizes, metas e estratégias que devem reger as iniciativas na área da educação, mais precisamente no âmbito da educação superior ainda que saibamos que nossas leis são “falhas”. Ao se deparar com estas demandas, a persistência por uma educação diferenciada no ensino superior e espaços não indígenas se faz necessário, pois é através destas políticas que é possível afirmar

nossa identidade dentro e fora das comunidades indígenas, demarcando os espaços nas universidades, e até mesmo formar profissionais que estejam capacitados para atuar em conjunto com às comunidades, dando desta forma o devido retorno para às comunidades indígenas.

Destacamos que os documentos analisados na investigação foram: Lei de Cotas Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, o Plano Nacional de Educação - PNE, Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.

Para tanto se faz necessário trazer aqui algumas reflexões sobre as ações afirmativas e a educação superior no que diz respeito à questão indígena. É preciso reconhecer que com a redemocratização do país, que culminou na homologação da CF de 1988, os movimentos sociais exigiram uma ação mais ativa do poder público mediante às questões trazidas pelos movimentos sociais em relação à raça, gênero, etnia, a fim de implementar estas ações e tornar efetiva estas medidas apresentadas, assim visibilidade em relação às ações afirmativas é colocada em pauta.

O reconhecimento da diversidade étnica e cultural, a busca pela igualdade formal, assim como o reconhecimento do racismo como um problema nacional lançou as bases para a posterior consecução de políticas de ações afirmativas. O texto constitucional expressa, nesse sentido, como objetivos do país: a construção de uma sociedade justa, com erradicação da pobreza e redução das desigualdades, bem como a promoção do bem-estar, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor e idade (BRASIL, 1988, s/n).

Desta forma, conhecer as políticas de educação voltadas para os povos indígenas no Brasil, contribui com a afirmação desta política no que se refere ao processo seletivo específico para indígenas na educação superior. Sendo assim, destaco a importância das ações afirmativas que com muita luta torna a reconhecer às ações travadas pelos movimentos sociais e, principalmente, por integrantes de comunidades negras e indígenas. De acordo com Fernandes, Ames e Domingos (2017), discutir sobre as ações afirmativas pressupõe a compreensão da dimensão sócio-histórica e das suas contradições permeadas por desigualdades sociais que refletem no acesso à educação em seus mais variados níveis, isso coloca em evidência os diferentes setores da comunidade acadêmica que reivindicavam a implantação da política de cotas.

Ainda sob o entendimento das ações afirmativas, destaca-se sua afirmação enquanto possibilidade de efetivação para garantia dos direitos humanos no que

tange mais especificamente às políticas voltadas para a população indígena, que segundo Fernandes, Ames e Domingos (2017):

A luta pelo direito à educação, assim como os modos indígenas de ser e conhecer, interpõe questionamentos ao caráter eurocêntrico dos saberes legitimados no ambiente acadêmico e nos colocam em posição de vigilância para a defesa desses estudantes, para que possam concluir o processo de formação sem serem discriminados dentro do próprio sistema de cotas, ou seja: uma política pública que repara a discriminação, discriminando. (FERNANDES; AMES; DOMINGOS, 2017, p. 72).

Com base na luta dos movimentos sociais no que diz respeito, ao acesso de indígenas no ensino superior, as ações afirmativas foram adotadas tanto em instituições públicas, por meio do sistema de reserva ou criação de vagas, quanto em instituições privadas, por meio da concessão de bolsas de estudos para estudantes de baixa renda – no âmbito do Programa Universidade para Todos (ProUni);

O crescente ingresso no ensino superior pelos coletivos indígenas é fruto da implementação de políticas de ações afirmativas, no entanto, essas são resultado de um processo de luta destes povos, que vislumbraram a universidade como um espaço de afirmação, por meio da busca de conhecimentos que lhes permitam participar de forma mais ativa das decisões do Estado no que se refere à demarcação de suas terras, às práticas de escolarização e a projetos desenvolvidos nas comunidades (BERGAMASCHI, KURROSCHI, 2013; BRAND, CALDERONI, 2012; BANIWA, 2010).

É visível que os avanços relacionados às ações afirmativas voltados para o meio acadêmico e de maneira geral, coincidem com a implementação de políticas sociais compensatórias que segundo Fernandes, Ames e Domingos (2017), se voltam para o atendimento das necessidades sociais de grupos específicos como no caso das chamadas minorias étnicas, como negros e indígenas, que vêm por meio de critérios raciais acessando a Universidade, entre outras políticas sociais. Porém destaca-se sua frágil consolidação ao executá-la, pois é por meio da gestão das universidades que será desempenhada esta ação, e acaba por ser um espaço totalmente burocratizado tendo muitos empecilhos na realização de demandas trazidas principalmente por acadêmicos indígenas e negros, como destacam às autoras:

[...] É necessário destacar o caráter contraditório de sua efetivação por meio de programas, projetos e serviços sociais que se desenvolvem em uma sociedade capitalista. O acesso a elas pode ser universal ou seletivo, ou ainda, dependerá dos modos de gestão de uma determinada política pública. No caso da política de ação afirmativa para o ingresso de cotistas no ensino superior, ainda que esta inclusão seja garantida pelo sistema de cotas, o modo de gestão da universidade influenciará na real efetivação deste direito. Isto significa reconhecer que não basta o acesso à universidade: é preciso que a ação afirmativa seja literalmente afirmada no ambiente acadêmico por meio de um conjunto de iniciativas que devem ser construídas a partir de processos participativos envolvendo os diferentes atores sociais, ou seja, estudantes cotistas e não cotistas, professores, técnicos, gestores, entre outros que circulam neste ambiente de formação (FERNANDES; AMES; DOMINGOS, 2017, p. 77).

Para tanto, estes meios de exercer estas ações de forma burocrática tornam-se dificultoso para os estudantes indígenas que ingressam, pois estes não estão acostumados com esta lógica que às universidades exercem mediante a um controle social. Porém, compreende que o ingresso específico indígena garante, ao mesmo tempo, o respeito à especificidade dos povos indígenas (frente aos não indígenas) e à sua diversidade interna (linguística, cultural, histórica).

Para fins de socialização, apresentamos os principais resultados dos documentos analisados no processo de investigação respondendo às seguintes questões: O que prevê o PNAES para a permanência estudantil; qual o marco legal para o acesso e permanência indígena no ensino superior? Qual o marco legal para o acesso e permanência indígena no ensino superior? Quais as condições existentes para a permanência dos estudantes indígenas atualmente na Ufrgs ? Quais os desafios para o acesso e permanência dos estudantes indígenas no cotidiano acadêmico?

Com relação ao que está previsto no PNAES para a permanência estudantil, citamos o Decreto Nº 7.234, de 19 de julho de 2010:

Art. 1º. O Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, executado no âmbito do Ministério da Educação, tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública.

Art. 2º. São objetivos do PNAES:

I –Democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;

II -Minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;

III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e

IV - Contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

Art.3º. O PNAES deverá ser implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial

das instituições federais de ensino superior.

§1º As ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas: I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; § 2º Caberá à instituição federal de ensino superior definir os critérios e a metodologia de seleção dos alunos de graduação a serem beneficiados. (BRASIL, 2010, s/n).

Compreende-se que o PNAES, tem como finalidade, a permanência, no que se refere às condições de jovens na educação superior pública, para minimizar as desigualdades sociais. Assim, determina-se que o Estado, como "provedor" desses direitos fundamentais, proponha medidas que sejam adequadas para sanar, ou pelo menos minimizar as desigualdades de um grupo, a fim de proporcionar-lhe igualdade de condições em relação aos grupos que não se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Além disso, as ações serão desenvolvidas conforme disposição das universidades.

Outro documento que foi analisado foi o marco legal para o acesso e permanência indígena no ensino superior. A Lei de Cotas Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências, tais como:

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Parágrafo único. No caso de não preenchimento das vagas segundo os critérios estabelecidos no caput deste artigo, aquelas remanescentes deverão ser completadas por estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Art. 5º Em cada instituição federal de ensino técnico de nível médio, as vagas de que trata o art. 4º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do IBGE.

Art. 6º O Ministério da Educação e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República, serão responsáveis pelo acompanhamento e avaliação do programa de que trata esta Lei, ouvida a Fundação Nacional do Índio (Funai).

Art. 7º No prazo de dez anos a contar da data de publicação desta Lei, será promovida a revisão do programa especial para o acesso às instituições de

educação superior de estudantes pretos, pardos e indígenas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. (Redação dada pela Lei nº 13.409, de 2016). (BRASIL, 2012, s/n).

Neste item, compreende-se que a implementação de cotas nas universidades federais ocorreu a partir da luta dos movimentos sociais. Sendo assim, Fernandes, Ames e Domingos (2017), ao discutir sobre as ações afirmativas pressupõe a compreensão da dimensão sócio-histórica e das suas contradições permeada por desigualdades sociais que refletem no acesso à educação em seus mais variados níveis, isso coloca em evidência os diferentes setores da comunidade acadêmica que reivindicavam a implantação da política de cotas.

Ainda sob o entendimento das ações afirmativas, destaca-se sua afirmação enquanto possibilidade de efetivação para garantia dos direitos humanos no que tange mais especificamente às políticas voltadas para a população indígena, no entanto os moldes ainda em formato eurocêntrico não abarcam os modos de ser indígena, pois para a população indígena os tempos de vivência são outros, e isso vem a refletir na permanência destes nas universidades federais.

No que se refere à parceria da Fundação Nacional do Índio-FUNAI com estes estudantes indígenas, observa-se que anteriormente do programa bolsa permanência ainda existia comunicação com este órgão, porém atualmente a universidade está distante desta instituição, o que reforça o desinteresse de comunicação entre os mesmos. Também, a Funai no Governo Jair Messias Bolsonaro (2018-atual) tem tido entre seus dirigentes gestores que são anti-indígena e possuem uma agenda anti-democrática que não dialoga com os povos originários respeitando os direitos indígenas.

Sobre as condições existentes para a permanência dos estudantes indígenas atualmente na UFRGS, já citamos em outras passagens deste trabalho o quanto ainda precisamos avançar. Com o ingresso de estudantes indígenas na Universidade, o desafio para a permanência é uma luta constante ou melhor permanente.

É preciso reafirmar a importância que a política nacional de educação, mais especificamente à política de educação superior, refere no que tange às políticas de educação voltadas para os povos indígenas no Brasil, pois as mesmas estão garantidas na legislação em âmbito federal. É fundamental também a necessidade

de uma educação diferenciada para esta população que ingressam pelo Processo Seletivo Específico para Indígenas (PSI), pois os indígenas foram dizimados ao longo da história brasileira, oprimidos e violentados durante o processo de colonização, acerca do catecismo e a proibição da língua materna em seus territórios pertencentes, entre tantas outras formas de genocídio e discriminação.

Ainda sobre as ações afirmativas a política de cotas na UFRGS, entra em vigor a partir de 2008. A UFRGS, no âmbito do Programa de Ações Afirmativas, anualmente promove (2022), a partir de encontro com lideranças locais do Rio Grande do Sul e a escolha de cursos que serão oferecidas vagas suplementares àquelas ofertadas no Concurso Vestibular para o Processo Seletivo Específico a Estudantes Indígenas. Conforme Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE – nº 67/2018, este tipo de processo seletivo é destinado exclusivamente para estudantes indígenas do território nacional que sejam egressos do Sistema Público de Ensino Médio, de acordo com o que estabelece a Decisão nº 268/2012 do Conselho Universitário – CONSUN, modificada pela Decisão nº 312/2016 e pela Decisão nº 212/2017, ambas do CONSUN e a legislação vigente.

Desta maneira a UFRGS optou por criar vagas suplementares e específicas para os povos originários, onde anualmente a universidade em parceria com estudantes já vinculados promove uma assembleia, com lideranças e representações indígenas de comunidades indígenas do Rio Grande do Sul para decidir em conjunto com estas lideranças e estudantes a escolha de 10 cursos². Ou seja, o diálogo entre a universidade e os povos indígenas, decorrentes também de um movimento forte desses povos pela conquista de um importante direito, foram regulamentados pela Decisão Nº 134/2007 do Conselho Universitário, que instituiu uma política específica de ações afirmativas para o ingresso de estudantes originários de escolas públicas e autodeclarados negros e, em seu artigo 12 previu o ingresso dos estudantes indígenas.

Art. 12 - No ano de 2008, serão disponibilizadas 10 vagas para estudantes indígenas cuja forma de distribuição será definida pelo CEPE, ouvidas as comunidades indígenas e a COMGRAD dos cursos demandados. §1º - Institui-se a Comissão de Acesso e Permanência do Estudante Indígena,

² Dos 29 cursos oferecidos pela instituição, a maior procura por vagas em 2020 foram: Medicina, Enfermagem, Serviço Social, Psicologia, Odontologia, Saúde Coletiva, Pedagogia, Fisioterapia, Nutrição e Direito. Isto significa que 60% dos cursos escolhidos estão concentrados na área da saúde e com 90% dos ingressantes oriundos do RS

que terá sob sua responsabilidade os processos seletivos dos estudantes indígenas, bem como o seu acompanhamento e inserção no ambiente acadêmico (UFRGS, 2007, s/n).

O processo para a elaboração desta análise é fruto da centralidade das políticas voltadas para a população indígena, com intuito de fortalecimento e análise para uma contribuição do acesso e garantia de seus direitos. Segundo Relato histórico sobre as principais etapas para a implantação e o desenvolvimento do Programa de Ações Afirmativas da UFRGS:

A Decisão 134/2007, no seu art. 11, previa a constituição de Comissão de Acompanhamento dos alunos do Programa de Ação Afirmativa com a *“atribuição de propor medidas a serem implementadas, a partir de 2008, no sentido de dar assistência a esses alunos”*. A mesma Decisão 134/2007, aprovou o Ingresso Especial para estudantes indígenas, garantindo a criação de 10 vagas (uma para cada curso) escolhidos pelas comunidades indígenas. Para esse ingresso foi instituída a CAPEIN- Comissão de Acesso e Permanência dos Estudantes Indígenas. Nesse sentido, a UFRGS estabelecia as condições necessárias para o acompanhamento do ingresso dos estudantes cotistas, bem como das repercussões que um novo perfil de estudantes iria ter no âmbito de cada curso e unidade acadêmica. Passados 9 anos do ingresso de estudantes cotistas na UFRGS e 5 anos da vigência da Lei de Cotas, observou-se em todas os fóruns de discussão e seminários sobre a execução das ações afirmativas nas IFES, de que os parâmetros de avaliação do impacto da política são inexistentes. Cabe a cada Universidade construir os seus paradigmas de monitoramento e avaliação. A UFRGS, em especial, fez constar na Decisão 268/2012, não apenas a criação da CAF – Coordenadoria de Ação Afirmativa, como registrou como uma de suas atribuições, a realização dos Relatórios Anuais. (UFRGS, 2019, s/n).

Levando em consideração todos estes resultados já contemplados com a inclusão desta política, ainda se encontra um longo caminho a ser percorrido para que de fato seja efetivada esta política para o ingresso e permanência destes alunos, acerca de um suporte que se materialize enquanto um conjunto de ações do coletivo indígena e institucional. A vista disso entende-se a necessidade de conhecer as políticas que a Pró-reitoria de Assuntos Estudantis disponibiliza para os estudantes indígenas da UFRGS. Os benefícios da Assistência Estudantil serão concedidos nas seguintes formas: Restaurante universitário; Programa Saúde; Auxílio Transporte; Auxílio Material Escolar; Casa do Estudante Universitário; Auxílio Moradia; e Auxílio Creche;

Além destes programas, são desenvolvidas outras ações para permanência destes, em seus respectivos cursos, são estes:

- ❑ **Monitoria de Acompanhamento Discente de Alunos Indígenas:** visa proporcionar um espaço de integração, contribuindo para a permanência dos estudantes indígenas na Universidade, por meio da intervenção de monitores nos processos de adaptação às atividades acadêmicas, bem como contribuir para a compreensão, pelo estudante indígena, de seu novo ambiente de vivência;
- ❑ **Transferência interna indígena:** tem como objetivo a possibilidade de migrar para outro curso, caso estes estudantes não se identifiquem com seus respectivos cursos. Estes cursos são disponibilizados a partir de vagas ociosas nos cursos de graduação;
- ❑ **Programa bolsa permanência (PBP):**

O PBP é uma ação de concessão de auxílio financeiro a estudantes matriculados em instituições federais de ensino superior em situação de vulnerabilidade socioeconômica e para estudantes indígenas e quilombolas. O recurso é pago diretamente ao estudante de graduação por meio de um cartão de benefício. O pagamento das bolsas é operado pelo FNDE em parceria com o Banco do Brasil. Critérios: possuir renda familiar per capita não superior a um salário-mínimo e meio; estar matriculado em cursos de graduação com carga horária média superior ou igual a cinco horas diárias; não ultrapassar dois semestres do tempo regulamentar do curso de graduação em que estiver matriculado para se diplomar; o Programa prioriza os indígenas e quilombolas, que, independente da carga horária dos cursos nos quais estão matriculados, poderão receber o recurso. (MEC, 2018, s/n).

O programa é pensado justamente na permanência destes estudantes, porém entende-se que os critérios para obtenção e aquisição dessa bolsa não os contempla durante todo o período de graduação já que majoritariamente estes indígenas não concluem seus cursos no período em que a universidade estipula, pois suas singularidades culturais mediante ao processo de seus costumes e tradições trazidas de suas respectivas aldeias, devido a isso existe uma dificuldade em se adaptar conforme a universidade exige, pois foge da lógica de suas existências.

Porém entende a importância deste programa para consolidação destas trajetórias que permeiam a universidade para formação de profissionais que possam atuar dentro e fora de suas respectivas aldeias. Sendo assim, este programa ainda não é reconhecido enquanto política, e está em constantes ameaças e, anualmente

a população indígena e quilombolas se unem para mobilizações e concentrações em Brasília para o reconhecimento desta enquanto política.

Ainda, é possível inserir-se no programa de educação tutorial PET para desenvolvimento de projetos de educação tutorial com o objetivo de aplicar seus conhecimentos e ampliar sua formação, visto que atualmente este espaço possui vagas suplementares para estudantes cotistas. Logo algumas ações estão sendo desenvolvidas em alguns cursos de graduação, pois entende a necessidade de compreender as questões da diversidade cultural.

Estes movimentos de ambos: universidade e povos indígenas existem, cabe entender de fato como se concretiza esta política num viés pedagógico da universidade para estes alunos que compreendem um mundo totalmente diferente da sociedade não-indígena. Assim compreende-se que o acesso está previsto por lei, porém entende que a necessidade de implementação de ações que evite a evasão destes alunos no que se refere a permanência na universidade. A educação é responsabilidade do Estado. A descentralização da execução dos programas e projetos, é através dos programas CAF e PRAE, com a supervisão e apoio do MEC, e da universidade como um todo.

Sendo assim, a proposta desta pesquisa realizada durante o Curso de Serviço Social foi a de compreender a efetivação e a realização destes programas, projetos e serviços no que tange o comprometimento de todos os agentes envolvidos. Em suma, entende-se a necessidade de falar sobre esta temática, pois ainda que existam produções sobre este assunto nos mais diversificados espaços acadêmicos, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, até o momento, encontra-se a falta de clareza na compreensão da permanência para estes acadêmicos indígenas.

E aqui nos aproximamos de um dos grandes desafios que é a situação das estudantes indígenas mães e sua permanência na Universidade uma vez que não há garantia de condições de um espaço que acolha principalmente estas mulheres com seus *Kósin* (filhos), e que respondam a esta demanda que vem sendo discutida na UFRGS há mais de 10 anos, visto que, desde o princípio mães indígenas ingressam na universidade.

Atualmente, a maioria destes estudantes indígenas residem na Casa do Estudante Universitário, a chamada CEU, e aos poucos foram conhecendo e respeitando a rotina dos não indígenas viverem, claro que com muita estranheza.

Isso sempre foi pautado por nós indígenas, o desafio de permanecer neste espaço seria uma batalha arduosa, pois não nos aceitavam a maneira de nos reunirmos juntos nos espaços da CEU, para conversar sobre a vida fora dali, sobre os risos altos, era estranho para outros moradores, e isso causava rejeição por parte de alguns estudantes não indígenas, porém mesmo assim permaneciam.

Cada estudante indígena traz consigo um universo de conhecimentos que fala sobre a epistemologia do seu povo. Estar na universidade e expor seu corpo a cidade e a esse modo de vida é, também, colocar o seu corpo na luta da descolonização deste espaço de ensino. (GRACIA, DOMINGOS, LIMA, 2020 p.171).

Desta forma, com o passar dos tempos observa-se um número inestimável de mulheres que optaram pelo ingresso na universidade, estima-se que maior parte dessas mulheres são mães, e como já mencionado, a maternidade para a etnia kaingang acontece ainda na juventude. De imediato a presença de crianças indígenas pela universidade é notável causando estranhamentos em diferentes espaços da universidade, principalmente na CEU, onde muitas dessas mães escondem seus filhos para poderem estar junto a eles neste ambiente, sendo assim entende-se que:

Optar por carregar nossos filhos junto na selva de pedras não é uma escolha fácil. As inseguranças e os cuidados são dobrados. As crianças indígenas, em específico falo do povo kaingang, entendem que devem estar com a mãe, inclusive na venda de artesanatos nas grandes cidades, principalmente nas capitais. Atualmente esta prática ainda é presente e passa de geração para geração e por mais que este seja um momento dessemelhante de anos passados, nossos filhos continuam nos acompanhando em nossas caminhadas, perpassando nos diferentes territórios que são também territórios indígenas (mesmo que estejam sobre a veste das cidades). (GRACIA, DOMINGOS, LIMA, 2020, p.180)

Falar sobre nossas crianças, e aqui falo em específico da etnia Kaingang, vai muito além de trazê-las apenas para selva de pedras, mas sim poder dizer que este espaço também é um território indígena. A começar por um espaço que acolha estes estudantes, e principalmente essas mães e crianças indígenas para que possam trazer para a universidade seus ensinamentos, ritos e modos de viver indígena. Segundo as autoras Gracia, Domingos e Lima (2020), a permanência envolve acesso à educação, à saúde e à moradia e que atendam a estas demandas de forma diferenciada como é previsto em lei.

Estamos sempre em constantes movimentos, nos adaptando aos modos dos não indígenas, e ocupando estes espaços, como por exemplo às creches, optamos por inserir as crianças indígenas, mas sempre pautando a questão indígena para que estes profissionais conheçam e entendam um pouco sobre a nossa cultura. Além disso, a redenção sempre foi um espaço de lazer para nossas crianças poderem correr e brincar, já que aCEU não garante este espaço para os estudantes indígenas.

Estamos aqui também a contar que estamos sempre inserindo, adequando, inventando novas possibilidades de permanecer na cidade, de poder ocupar o Parque da Redenção com nossas crianças correndo e trepando nas árvores. A universidade é sim território indígena, a Redenção é sim território indígena, as creches são sim territórios indígenas e podemos, sim, estar nestes espaços, que é, na sua maioria, ocupado pelos fóg (não indígena em Kaingang). Nessa caminhada, deixaremos nosso legado, pois não há como falar de nós indígenas sem nossa presença. (GRACIA; DOMINGOS; LIMA, 2020, p.187).

Porém, cabe salientar que este processo é angustiante e agonizante, pois em muitas falas foram mencionadas as ameaças de chamar o conselho tutelar para levar às crianças, muitas mulheres indígenas sofrem ao optarem por estar com seus filhos nestes espaços:

O processo de democratização do ensino superior pela política de ações afirmativas contribuiu para um crescente número de mulheres e homens nessa modalidade de ensino; porém, as formas de violências quanto ao ser mulher — indígena – mãe - universitária — são presentes e, talvez, mais sutis. Contudo, são fortemente sentidas por essas mulheres, que, na sua maioria, saem de seus territórios pela primeira vez e vão para as cidades, normalmente, muito distantes de suas terras, para assumirem sua vaga na universidade, e não encontram uma acolhida condizente com sua vivência da maternidade. (GRACIA; DOMINGOS; LIMA, 2020, p. 203).

Por fim, é importante concluir este capítulo para transmitir um importante passo que o coletivo de estudantes indígenas da UFRGS avançou neste ano de 2022, a ocupação, ou melhor a retomada, que se denomina casa do estudante indígena (CEI), ainda está em trâmite estatal, sem respostas da universidade mas que segue a luta, e com apoio de várias instituições e lideranças indígenas, assim como estudantes não indígenas que apoiam a causa indígena permaneceremos firmes e fortes para dedicar principalmente este espaço às crianças indígenas.

No capítulo 3 para tratar sobre o Serviço Social trazemos a experiência vivida no curso como o vivenciado junto com as mulheres não indígenas que participaram do projeto de trabalho que propus na ocasião do estágio profissional.

3 UMA EXPERIÊNCIA FORMATIVA EM SERVIÇO SOCIAL: O DIÁLOGO DE UMA MULHER INDÍGENA COM MULHERES NÃO INDÍGENAS

3.1 O SERVIÇO SOCIAL: A PROFISSÃO QUE ESCOLHI

Início este capítulo reconhecendo a relevância social, política, ética e científica do Serviço Social para a construção de uma outra sociedade. A institucionalização do Serviço Social como profissão na sociedade capitalista se explica perante o contexto contraditório de um conjunto de processos sociais, políticos e econômicos, que configuram as relações entre as classes sociais na consolidação do capitalismo monopolista. Iamamoto (2009), refere que na contemporaneidade o Serviço Social brasileiro se apresenta de forma acadêmico-profissional e social renovada e conseqüentemente, volta-se à “defesa do trabalho e dos trabalhadores, do amplo acesso à terra para produção de meios de vida, ao compromisso com a afirmação da democracia, da liberdade, da igualdade e da justiça social no terreno da história” (IAMAMOTO, 2009, p. 4).

A partir das leituras realizadas da produção de conhecimentos do Serviço Social e das discussões em sala de aula, podemos dizer que o Serviço Social é um trabalho especializado e assalariado, em que a/o assistente social possui um valor de uso e vende sua força de trabalho para instituições empregadoras em troca de um salário. Tem como objeto ou matéria-prima as múltiplas expressões da questão social, entendidas como a contradição entre capital e trabalho:

A “questão social” é indissociável da sociabilidade capitalista fundada na exploração do trabalho, que a reproduz ampliadamente. Ela envolve uma arena de lutas políticas e culturais contra as desigualdades socialmente produzidas. Suas expressões condensam múltiplas desigualdades, mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. (IAMAMOTO, 2008, p. 119).

Também sobre os meios de trabalho profissional é importante compreender que eles vão além dos instrumentos técnico-operativos, sendo a competência teórico-metodológica, ou seja, o conhecimento adquirido ao longo do processo formativo a partir de teorias, diretrizes, normatizações, leis, entre outros, fundamentos. Aqui relacionamos os saberes adquiridos para o exercício da profissão, mas também aqueles que fazem parte da ancestralidade indígena que nos constroem como mulher, mãe e profissional.

A instrumentalidade técnico-operativa possibilita a apreensão das necessidades sociais para o atendimento das demandas e o alcance de objetivos profissionais e sociais durante a intervenção. Além disso, ela torna possível o direcionamento das intervenções profissionais com a intencionalidade ligados ao Projeto Ético-Político do Serviço Social. De acordo com Yolanda Guerra (2018), quando os/as Assistentes Sociais alteram o cotidiano profissional e das classes sociais a partir de intervenções direcionadas por uma intencionalidade, utilizando as condições, meios e instrumentos para atingir dos objetivos profissionais, dão instrumentalidade as ações e concretizam as aspirações do Projeto Ético-Político Profissional (GUERRA, 2018, s/n).

Este processo interventivo, melhor dizendo de trabalho, se constrói através da articulação da/o assistente social junto ao espaço sócio-ocupacional que está inserido e os sujeitos de direitos também reconhecidos como usuários - aos quais será destinada às ações e mediações desenvolvidas. O produto final desse trabalho é a sua interferência na reprodução material da força de trabalho e no processo de reprodução sociopolítica ou ideopolítica da sociedade (IAMAMOTO, 2012). Para tanto, é fundamental a valorização do projeto ético-político, para a execução do trabalho profissional com a finalidade de construção de estratégias e formulação de respostas frente às expressões da questão social. As expressões da questão social se apresentam através das demandas dos sujeitos que chegam ao Serviço Social, independente do espaço sócio-ocupacional, ou ainda, dos processos de trabalho em que os assistentes sociais se inserem de forma crítica, ética e com base nos fundamentos do Serviço Social.

A partir do processo de renovação da profissão, o Serviço Social brasileiro acabou por construir um projeto profissional radicalmente inovador e crítico, apresentando fundamentos históricos e teórico-metodológicos calcados na tradição marxista, e apoiados em valores e princípios éticos humanistas e nas

particularidades da formação histórica do país (IAMAMOTO, 2009). Tal projeto profissional se materializa no conjunto regulamentário da profissão, o qual incorpora o Código de Ética da/o Assistente Social (1993), a Lei de Regulamentação da Profissão (8.662/93), e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996).

A Lei 8.662/93 dispõe sobre a profissão e dá outras providências; sendo que pode exercer a profissão de Assistente Social quem possuir diploma em curso de graduação em Serviço Social, oficialmente reconhecido, e expedido por estabelecimento de ensino superior no País, registrado no órgão competente, ou possuidores de diploma de curso superior em Serviço Social ou equivalente, expedido por estabelecimento de ensino sediado em países estrangeiros, desde que revalidado e registrado em órgão competente no Brasil. O exercício da profissão requer registro nos Conselhos Regionais com jurisdição sobre a área de atuação da/o profissional (CFESS, 2012, s/n). Nesta legislação consta também é possível as competências e atribuições privativas da/o profissional assistente social, as atribuições do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), as atribuições dos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), entre outras providências.

Outra referência basilar são as Diretrizes Curriculares que tratam sobre as orientações para a formação profissional com base nos fundamentos do Serviço Social. O processo de consolidação das Diretrizes de 1996 conta com os debates travados no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), que ocorreu no ano de 1979, o “Congresso da Virada”, conforme citado anteriormente, e com a construção das bases para o Currículo Mínimo de 1982 (ABEPSS, 2021, s/n). As Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social expressam avanços, como:

O amadurecimento da compreensão do significado social da profissão, a tradição teórica que permite a leitura da realidade em uma perspectiva sócio-histórica, as respostas da profissão à conjuntura e apontam para a consolidação de um projeto de profissão vinculado às demandas da classe trabalhadora (ABEPSS, 2021, s/n).

A questão social e as suas particularidades na realidade social, o trabalho e a ética se expressam nas Diretrizes Curriculares em eixos transversais, categorias consideradas através de uma perspectiva crítica e dialética (ABEPSS, 2021). Essas diretrizes estão e precisam estar abertas à dinâmica da realidade social e suas emergências, sendo preciso reafirmá-las - em seus aspectos teóricos, metodológicos, éticos e políticos – constantemente, principalmente em contextos em

que as ameaças e tentativas de desmontes dessas orientações são uma realidade em um país em que a ótica neoliberal e conservadora vem caracterizando as relações sociais, nestes tempos de governo Jair Messias Bolsonaro (2019-atual).

O Código de Ética orienta a profissão com base nos princípios éticos, “fundamentados na definição mais abrangente, de compromisso com os usuários, com base na liberdade, democracia, cidadania, justiça e igualdade social” (CFESS, 2012, p. 18). Entre os princípios fundamentais presentes no Código de Ética, encontram-se:

- I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- VII. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
- VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;
- IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as;
- X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
- XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física (CFESS, 2012, p. 23 - 24).

Diante do exposto e na tentativa de discorrer, ainda que sucintamente, sobre a profissão que escolhi passo no próximo item a relatar a vivência como estagiária e estudante kaingang do curso de serviço social da UFRGS, que neste processo de formação se inseriu no Serviço de Atendimento Familiar do CEDEL para o desenvolvimento de um conjunto de competências teórico metodológicas, técnico-operativa e ético-político.

1. 3.2 O ESTÁGIO PROFISSIONAL: OS DESAFIOS E AS EXPERIÊNCIAS VIVIDAS

O estágio profissional em Serviço Social foi sem dúvida um desafio, por isso trazer o relato desta experiência é valorizar essa parte do meu processo formativo e que foi me construindo como assistente social. Vou relatar aqui as atividades desenvolvidas a partir do projeto de intervenção executado no campo de estágio no Serviço de Atendimento Familiar, no qual está inserido no Centro Diaconal Evangélico Luterano – CEDEL, localizado no bairro Azenha, região central de Porto Alegre. A instituição oferece serviços socioassistenciais voltados à proteção social básica.

O Serviço de Atendimento Familiar (SAF) atua na política de assistência social na proteção social básica, sendo sua história de constituição exclusiva na cidade de Porto Alegre, no intuito de complementar o trabalho com famílias do CRAS, foi assinado o convênio para assistência a 40 famílias iniciado na instituição em 2004, onde executava o Programa Família através do Núcleo de Apoio Sócio Familiar- NASF, mas foi a partir da assinatura do novo convênio com a FASC, em 2011 que o convênio em parceria com o CRAS/Centro para atendimento à 500 famílias passou a executar o Serviço de Atendimento Familiar, ampliando sua equipe técnica para 01(uma) Assistente Social, 01(uma) Psicóloga.

É importante destacar que o Sistema único de Assistência Social- SUAS (2005) opera como um modelo de gestão descentralizada e participativa no qual regula e organiza a rede de serviços socioassistenciais prevendo uma gestão compartilhada e co-financiamento da união, estado e município (PNAS, 2004). Apresenta como objetivo principal a atenção às famílias que dela necessitam de acordo com suas complexidades, estruturando-se em dois níveis de proteção social divididos em Proteção Social Básica - PSB e Proteção Social Especial - PSE onde iremos contextualizar somente a PSB. A PSB tem como objetivo atuar na prevenção de situações de risco e na superação das condições de vulnerabilidade, através do desenvolvimento de serviços, programas, projetos e benefícios, devendo articular-se com as demais políticas públicas locais (PNAS, 2004, s/n).

A nossa participação no desenvolvimento das atividades desenvolvidas pelo serviço foi de extrema importância neste processo de estágio, pois ao realizar de

forma a aproximar-se os instrumentos técnico-operativos para operacionalização de uma intervenção na realidade social. Onde nos faz refletir a categoria trabalho a partir de suas contradições, entendendo que:

Conhecemos o homem pelo seu trabalho, enquanto produção histórica. Intervimos como sujeitos coletivamente a partir do trabalho e sobre o trabalho humano, expresso na vida cotidiana. Não é surpresa que a partir do trabalho encontremos a grande contradição que compõe a realidade humana: o trabalho como elemento de crescimento e autoconstrução e ao mesmo tempo como elemento de alienação. Como também não é de se admirar que seja questionada a centralidade do trabalho, num mundo que privilegia o “individualismo massificado” e a mercantilização dos valores. Este é o fundamento da obra marxiana, o desvendamento da importância do trabalho para o homem, porque preocupada essencialmente com o homem; esta é a categoria-base da questão social, elemento indissociável da constituição da identidade do Serviço Social, porque também historicamente preocupado com o homem. (PRATES, 2003, p. 07).

A vista disso, o processo para a elaboração do projeto de intervenção foi fruto da centralidade do atendimento às famílias, com intuito de fortalecer a função protetiva e seus vínculos, contribuindo para o acesso e garantia de seus direitos. É nesse contexto que ocorre a intervenção do assistente social, onde poucos têm acesso e muitos vendem sua força de trabalho, para tal sobrevivência, vivendo assim uma relação desigual entre capital e trabalho, determinado num campo de tensão e desconforto, na qual exige o envolvimento do Assistente Social.

O projeto de intervenção foi construído a partir da centralidade do atendimento às famílias, com intuito de fortalecer a função protetiva, de vínculos e assim contribuir o acesso e garantia de seus direitos. Essa centralidade é fruto resultante do Sistema Único de Assistência Social, ou seja, o foco da proteção social está na família e, é a partir disso, que as ações e serviços serão organizados e desenvolvidos pelo poder público.

Embora haja o reconhecimento explícito sobre a importância da família na vida social e, portanto, merecedora da proteção do Estado, tal proteção tem sido cada vez mais discutida, na medida em que a realidade tem dado sinais cada vez mais evidentes de processos de penalização e desproteção das famílias brasileiras. Nesse contexto, a matricialidadedesociofamiliar passa a ter papel de destaque no âmbito da Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Esta ênfase está ancorada na premissa de que a centralidade na família e a superação da focalização, no âmbito da política de Assistência Social, repousam no pressuposto de que para a família prevenir, proteger, promover e incluir seus membros é necessário, em primeiro lugar, garantir as condições de sustentabilidade para tal. Nesse sentido, a formulação da política de Assistência Social é pautada nas

necessidades das famílias, seus membros e dos indivíduos. (PNAS, 2004, s/n).

No entanto esta discussão da centralidade da família dentro da política de assistência social há contradições que necessitam ser apresentadas, visto que, historicamente a família é reconhecida no âmbito da proteção social como provedora de bem-estar, sendo assim neste contexto é que a discussão sobre família e políticas sociais vem sendo colocada em pauta nas diferentes perspectivas da concepção familiar.

Seccombe (1997), fala sobre os impactos do capitalismo na família, salienta, sobre os efeitos que a separação entre a rua e casa, à divisão de tarefas entre a mulher (em casa) e o homem (no trabalho), a instauração do salário individual e com ele o ideal do “macho que mantém a família”, tiveram nas relações de vida da classe operária. Segundo a autora, estes condicionantes de uma nova organização social foram contidos nos relatos policiais indicando a luta sobre a distribuição do salário no interior das famílias. Onde os mesmos eram acionados para intervir em brigas de famílias nos dias de pagamentos.

À vista disso a consolidação da família se dá desde os primórdios onde há uma clara divisão de papéis entre homens e mulheres, do indivíduo (homem e trabalhador assalariado) instaurado o reinado da família como fonte de proteção por superioridade, assim sendo, passa a ser o canal de proteção sobre a proteção social com a participação no mercado desde as compras de bens e serviços até suas necessidades básicas. Configura-se assim uma nova família com funções e papéis definidos.

Assim, a produção de corpos saudáveis e limpos e de espaços organizados inauguraram nas famílias uma relação intrínseca entre “cuidador” e “cuidado”. Com ela, uma nova lei moral que, embora impactando de forma diferenciada a família burguesa e a família proletária, elevam as mulheres a condição de cuidadoras por excelência. Tal fato se torna cada vez mais importante no âmbito das relações sociais. Em relação às famílias, às “políticas assistenciais” dos filantropos vão jogar papel fundamental na inculcação de uma vida disciplinada e laboriosa que só pode ocorrer no interior de uma família “higiênica” e “laboriosa”. Ou seja, além da importância dos filhos, cabe a mulher também tirar o marido das ruas e dos bares para que ele “prefira a previsão da poupança à dilapidação das reservas em festas populares”. (CAPONI, 2000, p. 87).

No nosso contexto social, de um mundo capitalista e ainda desigual, existe um inconsciente coletivo que determina muitos lugares similares aos existentes nos primórdios, para a ocupação da mulher dentro da família, do grupo e da

comunidade. Sendo assim, trago a importância de se falar da autonomia da mulher brasileira e mãe, discutindo acerca das políticas públicas, no âmbito da assistência social que tem por centralidade a família como diretriz, que de alguma forma contribuem para mudanças ou até mesmo reforçam as desigualdades de gênero.

Visto que nos dias atuais ainda o enfoque esteja nas “famílias” (pai, mãe e filho), que é o termo adotado pelo documento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), a centralidade ainda permanece na mulher-mãe. Pois é notável que no processo de gestão, na operacionalização dos serviços, programas e projetos, a mulher-mãe ainda é e continua sendo a demandada para a participação nas chamadas atividades socioeducativas, ainda é responsabilizada pelos filhos e pelo cumprimento dos critérios de permanência no programa. Assim sendo, a centralidade na família como diretriz contribui para mudanças ou reforçam as desigualdades de gênero?

Como resultado, perante a política de assistência social, a família é identificada pela figura da mulher, e não pela do homem. E a mulher, por sua vez, é considerada com base nas funções maternas, o que fixa e essencializa o sujeito mulher, vinculando-o à maternidade. Consideramos à luz de algumas das teorias feministas, que os processos de fixação e essencialização de identidades de homens e mulheres constituem-se em sérios obstáculos para uma sociedade democrática, a qual exige a construção de sujeitos plurais e identidades contingentes. Consideramos, ainda, que a fixação de papéis sexuais, a exemplo do aprisionamento das mulheres às tarefas reprodutivas, contribui para o reforço da lógica binária de classificação e para a (re)produção de subordinação feminina. Destacamos a instrumentalidade do papel das mulheres nos espaços domésticos, principalmente, o relacionado à maternidade/maternagem, no sentido de contribuir para a eficácia e eficiência de programas de transferência de renda como, por exemplo, o Bolsa-Família. A gerência do recurso para beneficiar a família, principalmente as crianças, tem sido citada por diferentes autores e gestores dos programas de combate à pobreza, nos diferentes escalões, desde o âmbito federal até o municipal e é nesse sentido que tem recaído sobre a mulher a preferência pela titularidade do benefício. Essa é uma primeira questão, as mulheres, na sua grande maioria, realmente utilizam o benefício para melhoria das condições de vida da família, em particular, das crianças, nos quesitos alimentação, vestuário, compra de material escolar, mobiliário para a casa, material de construção para melhoria das condições físicas da casa. A capacidade de multiplicação dos pães que essas mulheres têm sempre causa surpresas, ou seja, o fato delas conseguirem com tão pouco, provocar mudanças na qualidade de vida de suas famílias, principalmente famílias cujos arranjos são mulheres e crianças. (CARLOTO, 2008, p. 158).

Com esta concepção de família introduzida pela sociedade hegemônica, que “família é o núcleo básico de afetividade, acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e referência no processo de desenvolvimento e reconhecimento do

cidadão” (MDS, 2006, p. 27). Mas que ao mesmo tempo contradiz, há vários argumentos naturalizado e idealizado acerca de família, que oculta as demais, oculta o seu oposto, onde há também o conflito e até mesmo a violência. Porém esta autora nos faz refletir com aspectos bem relevantes e importantes: “Há aspectos positivos, como, por exemplo, o quanto essas mulheres sentem-se valorizadas como titulares dos benefícios, tendo acesso a crédito à medida que são portadoras de um cartão e que possuem uma conta bancária” (CARLOTO, 2008, p. 159).

Cabe a nós profissionais assistentes sociais estimular e debater este assunto com técnicos/as e usuários/as, para que o mesmo não venha a cair no senso comum ou até mesmo na culpabilização destas mulheres, mantendo o cuidado para que não somente a mulher mãe seja responsável das ações dos programas que exigem a participação presencial nos serviços. Sendo assim:

A centralidade na mulher-mãe reforça estereótipos sobre a condição feminina dentro de um viés biologicista que coloca como predisposições naturais a função de boa cuidadora no âmbito privado/doméstico. É o que se espera dela, que seja uma “boa mulher”, merecendo ser castigada quando não cumpre o que lhe é destinado socialmente. (CARLOTO, 2008, p. 181).

Por fim, a evolução do processo histórico dessas mulheres se faz lentamente. Por isso insistimos neste debate, com o foco na visibilidade e autonomia destas mulheres mães acompanhadas no serviço de atendimento familiar (SAF). A partir deste entendimento criamos em conjunto com estas mulheres um grupo ou ainda um espaço acolhedor e que estas mulheres pudessem se sentirem confortáveis para trocas de experiência.

Entendemos que essas realidades podem sim ser transformadas, a partir de sua autonomia e resistências que se materializam no espaço de intervenção. Desta forma, o foco central do projeto desenvolvido foram as mulheres mães da região territorial dos quatro bairros atendidos pelo Serviço de Atendimento Familiar (SAF), são estes: Azenha, Menino Deus, Santana e Praia de Belas, da cidade de Porto Alegre. E teve objetivo geral: Propor a criação de um espaço de reflexão coletiva juntamente das mulheres para viabilização do acesso às informações sobre seus direitos visando a proteção social de suas famílias e estimulando o protagonismo das mulheres.

Para o desenvolvimento deste trabalho foi fundamental a compreensão da concepção da questão social, e como nela se expressa os marcadores sociais deste território, assim sendo suas desigualdades, as resistências sociais e culturais que se materializam na sociedade civil. Assim, Iamamoto ressalta sobre este aspecto nas seguintes palavras:

Vive-se um momento particular de inflexão do cenário mundial que afeta a produção, distribuição e consumo de bens e serviços materiais, culturais, públicos e privados, atingindo a vida de todos. O desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho — e dos avanços técnico-científicos em que se apoia — é apropriado por países e grupos sociais que detêm o monopólio da economia, do poder político e militar. O reverso da acumulação e da centralização de capitais tem sido o alijamento de segmentos sociais majoritários do usufruto dos ganhos da civilização. E a ampliação da dependência cada vez maior dos cidadãos à ciranda do mercado, que se impõe aos sujeitos como uma força inexorável, invertendo e subvertendo valores quando a referência é a emancipação humana. (IAMAMOTO, 2012. p. 40).

Nos atendimentos realizados pelo serviço social tanto individualmente como nos grupos, constatamos que estas mulheres vivenciam múltiplas expressões da questão social e que se agravam de acordo com cada realidade vivenciada, situações tais como: relacionados à sexualidade feminina, gestação e também a dificuldade de as mulheres poderem se posicionar frente às suas decisões, o desemprego e muita dificuldade de se inserir em uma atividade para aquisição de renda, vítimas de violência doméstica, números significativos de mães solteiras, filhos pequenos em idades de 0 a 6 anos e com dificuldade de acesso a educação infantil e também de falta de acesso do direito a informações das políticas sociais que estas usuárias têm direito de acessar. Por isso foi importante conhecer a população usuária do SAF, para assim construir com elas formas coletivas de superar essas necessidades.

A escolha pelo objeto que trata de contribuir para o acesso do direito à informação por parte das mulheres que residem nesta região, pois observávamos o quanto essas mulheres mães não possuíam as informações necessárias, citando como exemplo, sobre como acessar a educação infantil que é um direito, é uma forma de proteção a essas famílias. Outro aspecto trata-se do desemprego, que é parte da estrutura da sociedade capitalista, ainda conhecida pelos povos indígenas como sociedade envolvente. Entretanto essas mulheres têm direito a proteção social

assim como seus filhos, ao contrário como conseguiram se inserir em um trabalho ou irem atrás sem ter onde deixar os seus filhos? Assim sendo:

Outro aspecto de maior relevância para a formulação de estratégias profissionais eficazes é a necessidade de se unir a discussão dos fundamentos teórico-metodológicos à pesquisa de situações históricas específicas que são objeto da nossa prática. É da análise e do desvendamento dessas situações específicas, em suas múltiplas relações com o movimento da sociedade enquanto totalidade histórica, que podem emergir estratégias que considerem a trama dos interesses sociais que ali se expressam. As estratégias não são fruto de uma criação mágica ou arbitrária do pensamento, mas advém das indicações descobertas no processo de explicação das situações particulares com que nos defrontamos no cotidiano do fazer profissional. (IAMAMOTO, 1993, p. 110).

Cabe destacar que este tema não se fez presente apenas nesta região em específico, mas sim é algo que foi sendo observado ao longo da vida da discente, por ser mulher/mãe e indígena, a mesma percebeu a necessidade de que as mulheres possam ter acesso às informações sobre seus direitos.

A partir de uma linha do tempo é notável que as mulheres deste território desde meados da década de 1980, vem com esta demanda conforme pode-se conhecer em documento da instituição:

O CEDEL é resultado de um trabalho iniciado em 1986, com crianças da Vila Lupicínio Rodrigues, Bairro Menino Deus, por uma assistente social voluntária com um grupo de meninas e meninos de rua. Nessa época a realidade dessa região apresentava alto índice de mortalidade infantil e materna, tuberculose e outras doenças respiratórias, tráfico de drogas, altos índices de violência, crianças e adolescentes fora da escola, problemas sérios de habitação com casebres muito precários, esgotos a céu aberto e ligações clandestinas de água e luz. Foi a partir da necessidade das mães da Vila ter um local para deixar seus filhos enquanto trabalhavam, que se deu origem à Creche Comunitária Infantil Lupicínio Rodrigues, atendendo crianças de 2 a 6 anos. No decorrer dos anos, as crianças atingindo a idade de 7 anos ingressaram na escola pública e no horário inverso ficavam a mercê de todos os riscos, expostos à exclusão e a todo tipo de violência, sendo impostos ao trabalho infantil e toda ordem de violação de seus direitos. Sendo assim, considerando a situação de risco social destas crianças e adolescentes, em 1998, através da ampla mobilização da comunidade local, foi aprovado no Orçamento Participativo o Programa de Serviço de Apoio Socioeducativo – SASE, na região centro da cidade de Porto Alegre. (CEDEL, 2015, s/n).

A partir deste histórico da região atendida, notou-se uma forte presença de mulheres com demandas similares e distintas no contexto em que se inserem enquanto mulheres mães, atendendo a uma necessidade que não as contempla enquanto mulheres/mães. Na qual a principal demanda seria um local seguro para

que pudessem deixar seus filhos, enquanto estas estivessem em seus respectivos trabalhos, no contrário não tendo como conciliar o trabalho com o cuidado dos filhos muitas delas optassem pelo cuidado aos filhos culminando no desemprego, já que muitos dos trabalhos assalariados a carga horária é extremamente altíssima.

Destaca-se também a dificuldade de propor espaços para discutir assuntos que dizem respeito apenas às mulheres visto que existe uma resistência por parte delas e também vergonha e medo de abordar determinados assuntos. Tal contexto faz com que não se tenha abertura para estes debates, o que acaba por dificultar que as mulheres exponham suas opiniões, dúvidas, questionamentos e sugestões. Sendo assim a ideia com este projeto de trabalho foi criar um espaço voltado às mulheres, mas com o foco em refletir sobre seus direitos e o acesso às informações sobre o funcionamento das políticas públicas como por exemplo a educação infantil na região onde moram.

Inicialmente, temos que ter como premissa que o trabalho com grupos há de se desenvolver numa perspectiva emancipatória dos sujeitos. Esta perspectiva pode ser construída nas relações grupais com o fortalecimento dos sujeitos como protagonistas da sua história. O assistente social, antes de tudo, precisa acreditar que as pessoas têm potenciais, que estes podem ser desenvolvidos através da reflexão sobre sua realidade social e que tudo pode apontar para a modificação desta realidade. Promover o acesso a serviços, programas, projetos e benefícios, fortalecer os vínculos sociais e comunitários, promover o trabalho socioeducativo numa concepção freiriana de ação-reflexão, reflexão-ação, será possível num trabalho de grupo educativo, balizado pelo projeto ético-político da profissão, tendo como horizonte a cidadania e a justiça social. (VILEIRINE, 2016, p. 130).

Foi importante construir este trabalho para que as mulheres tivessem acesso a outras informações e possam ao longo do tempo estar construindo processos de autonomia e de autoconhecimento em um espaço próprio para isso, visto que com o auxílio de profissionais do SAF (Assistente Social, Psicóloga e estagiária do serviço social) que compreendem estas demandas e suas vivências intervindo para que estas mulheres possam estar sendo orientadas de forma a intervir pelos seus direitos que são violados diariamente.

Considerando o exposto até aqui foi fundamental socializar ainda que sucintamente a metodologia do desenvolvimento deste trabalho que realizamos. Os encontros grupais, enquanto meio de instrumento para reflexão e discussão sobre a trajetória dessas mulheres/mães acompanhadas pelo SAF foram fundamentais. Dessa forma, cabe referenciar este importante instrumento que:

O grupo é um instrumento de comunicação oral que envolve um coletivo de pessoas e cujos objetivos costumam gravitar em torno de demandas que trazem os usuários, o elencamento de prioridades, a coleta de dados, além de propiciar um espaço de reflexão sobre o cotidiano e sobre as formas de enfrentamento das situações apresentadas. (...) o grupo favorece a troca de experiências, onde seus participantes têm maior possibilidade de vivenciar relações mais horizontais e solidárias. (MAGALHÃES, 2003 apud MOREIRA, 2013).

A execução do projeto foi planejada em quatro fases: a primeira, foi prevista a apresentação do projeto de intervenção para a instituição; segunda, a divulgação e sensibilização para a participação das usuárias; a terceira, execução do projeto; e a quarta e última fase foi a de avaliação final do projeto junto à instituição e universidade. Este planejamento é fundamental e pode ser observada sua descrição no quadro 1:

Quadro 1: Planejamento para a execução do projeto

1º ETAPA	A primeira etapa já foi realizada no mês de junho, sendo esta a de apresentar o projeto junto à equipe técnica e coordenação do serviço em uma reunião de equipe, mais especificamente no dia 04 de junho. Esta apresentação teve como objetivo expor o propósito do projeto, analisando sua viabilidade, além de estar aberto a propostas e possíveis modificações com vistas à melhoria da execução do mesmo.
2º ETAPA	A segunda etapa também já está sendo realizada desde o início do mês de junho, onde, nos dias de atendimento, durante o momento da acolhida coletiva, tem sido feito um questionário com as mulheres presentes visando a sensibilização para participação das usuárias no Grupo de Mulheres. Foi elaborado pela estagiária um questionário com vistas a realizar um levantamento de demandas que sejam de interesse das mulheres a serem discutidas nos grupos. Além disso, será feito um cartaz para lembrá-las da importante presença delas no grupo, posterior a isto, será feito o convite via telefone para reiterar o convite lembrando-as o dia do grupo. O instrumento elaborado pela estagiária estará exposto no apêndice um, ao final deste trabalho.
3ª ETAPA	Neste sentido, as oficinas foram executadas no auditório do CEDEL situado no ponto central da instituição, entendendo que às quartas-feiras, seria o dia em que encontraria o maior número de mulheres situadas no local. As oficinas ocorreram quinzenalmente em torno de 1h, no máximo 2 horas, dependendo do quanto a temática despertar interesse e das dúvidas que forem surgindo ao longo das oficinas, o objetivo não é de ser cansativo, e sim didático dando encontro com a proposta do projeto. A intenção inicialmente foi de construção coletiva deste espaço, ou seja, no primeiro encontro a explicação dos objetivos do projeto de intervenção construído pelo grupo de mulheres, como vai se dar a dinâmica dos encontros, e o interesse destas usuárias nas temáticas a serem utilizadas nos próximos encontros.
4º ETAPA	Concluindo a última etapa do projeto, foi efetuada a realização de um relatório final em conjunto com a equipe técnica, que será apresentado junto à universidade e na

	reunião geral da equipe. Este relatório tem como propósito avaliar todo o processo, identificando se os objetivos foram alcançados e qual repercussão tiveram sobre o serviço e sobre a vida das mulheres
--	---

Fonte: DOMINGOS, Aline, 2019. Relatório de Estágio Obrigatório em Serviço Social III.

Podemos dizer que cada encontro foi pensado de forma que as mulheres tivessem o poder de se expressar diante da temática trazida, para que as mesmas se relacionem com suas histórias vividas. Para que se tenha mediação entre as falas foi utilizado imagens, vídeos, músicas, poemas, e também alguns oficinairos para abordar temas específicos com o grupo, além disso, socializo um pouco sobre a realidade da mulher indígena. Também foi feito uma linha do tempo em conjunto com estas mulheres, relatando a história do surgimento da creche Lupicínio Rodrigues e do CEDEL, explicando a luta destas mulheres para a proteção de seus filhos num contraturno escolar, que provavelmente foram mães, avós das usuárias hoje atendidas pelo serviço. No fim de cada encontro, últimos 20 minutos, será realizado uma avaliação sobre o grupo e referente o que pode ser melhorado para a próxima semana.

Situando o contexto em que o projeto foi desenvolvido, considerando os rebatimentos da conjuntura atual da realidade das políticas sociais e trabalho profissional no campo de estágio, trazemos algumas reflexões apontadas no relatório final do estágio III. O projeto vem de encontro com o público atendido pelo serviço, que por sua vez são majoritariamente mulheres, qualificando o lugar possibilitando e contribuindo para um espaço coletivo para que estas mulheres compartilhassem e se identificassem com as demandas que fossem comuns. Cabe destacar a importância de estarmos sempre atentos para que não seja reproduzida a culpabilização destas, e sim possibilitando para o fortalecimento da autonomia das mulheres e seu reconhecimento dentro da comunidade e na política de Assistência Social.

Dentre as demandas atendidas pelo SAF estão aquelas relacionadas ao desemprego e baixa renda, infrequência e evasão escolar, habitação e relações familiares fragilizadas. Algumas comunidades da região, quais sejam: Planetário, C. Princesa Isabel, Cabo Rocha, apresentam exposição ao tráfico e uso abusivo de SPA, exposição a áreas de exploração sexual, habitação em área de risco,

envolvimento com práticas ilícitas, exploração pelo trabalho infantil e violência doméstica intrafamiliar, como abuso sexual de crianças e adolescentes.

Porém no decorrer deste processo de estágio observei que enquanto mulher, transparecem algumas questões evidenciando seus direitos violados, e suas longas histórias que foram sendo abordadas principalmente no grupo de acolhimento que acontece no espaço do SAF. Sendo que a maioria destas mulheres são acompanhadas pelo serviço devido seus filhos participarem do SCFV, região atendida. Além do mais são atendidas por outros programas que acompanham esta população tais como: CRAS Centro e Centro de Saúde Modelo.

No que se refere às ações que desenvolvemos, o processo de estágio em sua maior parte foi focado no grupo de mulheres, mas foram feitas algumas visitas domiciliares, participação em algumas reuniões da rede modelo, e reunião de rede do território central, além das acolhidas coletivas que acontecem semanalmente, tendo em vista que o SAF está passando por um processo de reordenamento estrutural onde passa a atender uma demanda de pessoas idosas e portadores de deficiência física, mental, sensorial ou intelectual á domicílio, o SAF acompanha esta fase de reestruturação.

À vista disso é preciso compreender a relação do grupo com a implicação de gênero que se obteve durante o processo do estágio, uma vez que é onde se manifesta às expressões da questão social neste ambiente, sendo assim Carloto descreve:

A tentativa de construir o ser mulher enquanto subordinado, ou melhor, como diz Saffioti (1992), como dominada-explorada, vai ter a marca da naturalização, do inquestionável, já que dado pela natureza. Todos os espaços de aprendizado, os processos de socialização vão reforçar os preconceitos e estereótipos dos gêneros como próprios de uma suposta natureza (feminina e masculina), apoiando-se sobretudo na determinação biológica. A diferença biológica vai se transformar em desigualdade social e tomar uma aparência de naturalidade. (CARLOTO, 2001, p. 201-213).

Desta forma, para execução do projeto de intervenção em um primeiro momento foi pensado num formato grupal, porém com algumas limitações que houve durante este processo tanto para executora do projeto, quanto para estas mulheres, analisou-se de forma a reestruturação do grupo para oficinas informativas, compreendendo que esta seria a melhor forma destas participarem e levarem às informações adiante para outras mulheres.

Compreender a importância de um espaço para mulheres no Serviço de

Atendimento Familiar é necessário e significativo para a vida destas mulheres no território em que estas usuárias se encontram, entender que estes espaços não irá mudar a realidade vivida por elas, porém acredita-se que estas reflexões trazidas pela estagiária fortaleça-às em busca do conhecimento em relação aos seus direitos, participação nos espaços coletivos e tomadas de decisões, além do protagonismo dessas mulheres, ou seja, o acesso a um espaço de reflexão sobre a realidade vivida, de construção de novos projetos de vida e de transformação das relações, sejam elas familiares, ou comunitárias e que às mesmas compreendam seus valores enquanto mulheres.

Considerando este processo de construção com estas mulheres, primeiramente entende-se que enquanto estagiária e até mesmo o profissional deve estar preparado para a organização do desenvolvimento do grupo, para buscar respostas para suas necessidades imediatas ou não. Desta forma objetiva-se na construção da consciência crítica destas mulheres.

A vista disso nos deparamos com a dificuldade de reuni-las, pois estas estão em outras atividades fora do CEDEL, a procura de trabalho, mães solas com seus filhos pequenos em casa, pois apesar das creches serem públicas há uma dificuldade imensa em acessá-las, sem condições de estar presente todos os encontros, logo encontra-se impasses em executar as atividades propostas no cronograma. Percebendo que elas viriam para a acolhida coletiva em busca de ações imediatas, como vale transporte, pensou-se em dinamizar os temas já propostos para o primeiro momento da acolhida entendendo que estas conseguiriam participar do grupo.

Compreendendo a dificuldade que houve durante este processo não foi possível realizar alguns encontros, e somente foi possível iniciar novamente com este formato de dinâmica. Conversar e debater estas temáticas com as mulheres participantes foi bem desafiador. Pois é notável a forte resistência em dialogar sobre temáticas, principalmente quando se trata de violência. Porém no decorrer do processo foi possível que estas mulheres conseguiram desmistificar e desconstruir várias questões que perpassam no ser mulher, compreendendo a importância do processo de conscientização das mulheres que estão passando por este momento. Miotto (2009) destaca que nessa perspectiva o diálogo e o agrupamento dos usuários, em torno de questões pertinentes aos serviços ou a garantia de direitos, são capazes de produzir mudanças, especialmente nas relações institucionais.

Compreendo que por meio disso foi possível levar a estas mulheres informações que possibilitem a informação, a superação de tais acontecimentos vivenciados em seus contextos de vida.

No entanto, entendeu-se a necessidade de fazer um levantamento e identificação de quais são estas mulheres, a identificação territorial destas, e suas principais características. Assim, Mioto (2009) destaca abaixo:

Às ações socioeducativas requerem também conhecimento das demandas/necessidades dos usuários, tanto nas suas singularidades, como no conjunto dos usuários ao longo do tempo (conhecimento cumulativo). Esse conhecimento se completa com as informações sobre o território onde vivem os usuários que buscam a instituição ou o serviço. Território é entendido, de acordo com Santos (1985), como espaço geográfico, histórico e político construído por meio de relações entre diferentes atores que determinam o conjunto de condições em que vive a população. A noção de território pressupõe articulação entre a dinâmica demográfica e a dinâmica socioterritorial e, em decorrência disso, também é entendida como espaço da intersectorialidade de ações e políticas públicas, para resolver problemas concretos de uma população (KOGA; NAKANO, 2007). Dessa forma, o conhecimento do território é essencial tanto para elaborar, no próprio espaço institucional, respostas às necessidades dos usuários como para inseri-los nos espaços de participação sociopolíticas e na rede de serviços. (MIOTO, 2009, p. 10).

Sendo assim, estas mulheres que se fizeram presentes nas oficinas são principalmente dos bairros Menino Deus e Santana. Conforme já relatado, o SAF/CEDEL se localiza na região centro de Porto Alegre, este território abrange 5 bairros desta região: Azenha, Menino Deus, Santana, Praia de Belas. Estes bairros têm perfis diferentes, no que se refere à estrutura quanto às demandas da população. As demandas mais recorrentes são provenientes dos bairros menino deus e azenha, visto que no bairro azenha está localizado o Condomínio Princesa Isabel, e no bairro menino deus encontram-se as vilas renascença I e II.

Entendendo que o Serviço de Atendimento Familiar acolhe principalmente mulheres o grupo foi pensado em um primeiro momento apenas para mulheres, mas ao se deparar com homens que participam das acolhidas, pensou-se na proposta de ser um grupo aberto para população em geral, já que estes homens também convivem com suas companheiras, filhas e demais familiares, além de estar convivendo diariamente com mulheres que estão nos espaços de trabalho, educação, etc. Tendo em vista que o grupo acolhe principalmente mulheres, mas que também entende a necessidade de participação dos homens, crianças, e idosos, na inserção destes espaços que são de extrema importância. Pode-se dizer então que o SAF se encontra em uma área centralizada, de grande circulação de

peças, e de fácil acesso, visto que próximo, existem paradas de ônibus e outros equipamentos que facilitam o acesso ao serviço.

Estas mulheres participantes do grupo vivenciam múltiplas expressões da questão social e que se agravam de acordo com cada realidade vivenciada, situações tais como relacionados a sexualidade feminina, e também a dificuldade de as mulheres poderem se posicionar frente às suas decisões, o desemprego e muita dificuldade de se inserção em uma atividade para aquisição de renda, vítimas de violência doméstica, números significativos de mães solteiras, filhos pequenos em idades de 0 a 6 anos e com dificuldade de acesso a educação infantil e também de falta de acesso do direito a informações das políticas sociais que estas usuárias têm direito de acessar. Por isso é importante conhecer as mulheres em acompanhamento do SAF, para assim construir com elas formas coletivas de superar essas necessidades.

Destaco que fazer parte deste processo, ou melhor, vivenciar esta experiência junto a estas mulheres foi gratificante, pois enquanto mulher, usuária destes programas a discente inclui-se nestes debates, por ser mulher, mãe solo, é entender a luta destas mulheres diariamente numa sociedade em que a mulher é invisível. Este processo também foi construído pela supervisora de campo, acadêmica e psicóloga do serviço, logo entende-se que estas mulheres foram importantes para a realização e continuação do grupo de mulheres.

Em relação às instrumentalidades na execução do grupo com às mulheres acompanhadas pelo SAF, também aproximar os instrumentais técnicos no trabalho profissional frente ao desafio da execução do projeto de intervenção neste serviço. Sobre essa discussão, essa dúvida que alguns profissionais afirmam ter em relacionar a teoria com a prática, expressando a dificuldade da inter-relação entre dimensões que conformam os fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos do processo de trabalho do assistente social.

Assim entende-se que o acompanhamento se configura como um processo continuado de atendimentos sistemáticos e planejado, com objetivos estabelecidos que possibilitem o acesso a um espaço de reflexão, com perspectiva de clareza para a superação das desigualdades sociais. Dito isto, Sousa (2008) analisa a questão de instrumentalidade onde:

Torna-se mister situar essa questão, pois ela revela um dado que é crucial para o debate sobre a instrumentalidade: o Serviço Social surge na história como uma profissão fundamentalmente interventiva, isto é, que visa produzir mudanças no cotidiano da vida social das populações atendidas – os usuários do Serviço Social. Assim, a dimensão prática (técnico-operativa) tende a ser objeto privilegiado de estudos no âmbito da profissão. (SOUSA, 2008, p. 120).

Acerca destes itens trabalhados, atenta-se a um olhar crítico sobre a realidade vivenciada por estas mulheres entendendo a realidade em que estas se inserem, pois, executar qualquer tipo de ação torna-se indispensável para o profissional. Dado o exposto, o assistente social segundo Bavaresco, “busca transformar a natureza da realidade social apresentada, pois adquire novos conhecimentos, produzindo sua objetivação, além da compreensão de suas singularidades”. Mediante isto aponta-se três dimensões que devem ser do domínio do Assistente Social:

- Competência ético-política – o Assistente Social não é um profissional “neutro”. Sua prática se realiza no marco das relações de poder e de forças sociais da sociedade capitalista – relações essas que são contraditórias. Assim, é fundamental que o profissional tenha um posicionamento político frente às questões que aparecem na realidade social, para que possa ter clareza de qual é a direção social da sua prática. Isso implica em assumir valores ético-morais que sustentam a sua prática – valores esses que estão expressos no Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais (Resolução CFAS nº 273/93), e que assumem claramente uma postura profissional de articular sua intervenção aos interesses dos setores majoritários da sociedade;
- Competência teórico-metodológica – o profissional deve ser qualificado para conhecer a realidade social, política, econômica e cultural com a qual trabalha. Para isso, faz-se necessário um intenso rigor teórico e metodológico, que lhe permita enxergar a dinâmica da sociedade para além dos fenômenos aparentes, buscando apreender sua essência, seu movimento e as possibilidades de construção de novas possibilidades profissionais;
- Competência técnico-operativa – o profissional deve conhecer, se apropriar, e sobretudo, criar um conjunto de habilidades técnicas que permitam ao mesmo desenvolver as ações profissionais junto à população usuária e às instituições contratantes (Estado, empresas, Organizações Não-governamentais, fundações, autarquias etc.), garantindo assim uma inserção qualificada no mercado de trabalho, que responda às demandas colocadas tanto pelos empregadores, quanto pelos objetivos estabelecidos pelos profissionais e pela dinâmica da realidade social. (SOUZA, 2016, p. 122).

Essas três dimensões de competências nunca podem ser desenvolvidas separadamente – caso contrário, cairemos nas armadilhas da fragmentação e da despolitização, tão presentes no passado histórico do Serviço Social (CARVALHO; IAMAMOTO, 2005). Entretanto, articular essas três dimensões é fundamental para

que haja uma articulação entre teoria e prática, visando uma intervenção de forma qualificada e universal. Desta forma articula-se com o Código de Ética profissional defendendo o reconhecimento e a defesa de 11 princípios fundamentais. São eles: liberdade, direitos humanos, cidadania, democracia, eqüidade e justiça social, combate ao preconceito, pluralismo, construção de uma nova ordem social (sem dominação-exploração), articulação com movimentos de trabalhadores, qualidade dos serviços prestados e combate a toda espécie de discriminação.

A vista disso, o processo para a elaboração desta análise é fruto da centralidade das políticas voltadas para às mulheres, com intuito de fortalecimento e análise para uma contribuição do acesso e garantia de seus direitos.

Durante este processo de trabalho desenvolvido no estágio destacamos a importância de leituras teóricas, e auxílio das supervisões de estágio para o processo de elaboração e execução do projeto pois, foi necessário ter conhecimento crítico para tal entendimento sobre o objeto, que é através das expressões da questão social que ali se manifestam. Ou seja:

O objeto de trabalho (...) é a questão social. É ela em suas múltiplas expressões, que provoca a necessidade da ação profissional junto à criança e ao adolescente, ao idoso, a situações de violência contra a mulher, a luta pela terra etc. Essas expressões da questão social são a matéria-prima ou o objeto do trabalho profissional. (IAMAMOTO, 2000, p. 62).

Foi muito importante a apreensão das mais diversas expressões da questão social, porém, para desenvolver a elaboração do projeto identificou-se as “*desigualdades de gênero vivenciadas pelas mulheres mães acompanhadas pelo SAF, da Proteção Social Básica*”. Portanto a compreensão da concepção da questão social, e como nela se expressa os marcadores sociais deste território, assim sendo suas desigualdades, as resistências sociais e culturais que se materializam na sociedade civil, será sempre condição para o exercício da profissão de assistente social.

Diante do exposto destaco a enorme presença das relações de gênero nos mais diversos espaços sociais, assim salientam-se formas de compreensão sobre estas relações de dominação, desigualdade e exploração refletidas na realidade social, econômica e política, destas mulheres.

Para Carloto:

A tentativa de construir o ser mulher enquanto subordinado, ou melhor, como diz Saffioti (1992), como dominada-explorada, vai ter a marca da naturalização, do inquestionável, já que dado pela natureza. Todos os espaços de aprendizado, os processos de socialização vão reforçar os preconceitos e estereótipos dos gêneros como próprios de uma suposta natureza (feminina e masculina), apoiando-se sobretudo na determinação biológica. A diferença biológica vai se transformar em desigualdade social e tomar uma aparência de naturalidade. (CARLOTO, 2001, p. 201-213).

No entanto a concepção de gênero se manifesta e é refletida nas relações do convívio diário entre homens e mulheres engendrando e direcionando para o processo de subalternização e naturalizando a mulher, desempenhando um papel na sociedade e desencadeando uma estruturação onde seus direitos são violados e a relação do trabalho que segundo Marx:

O início da utilização do trabalho das mulheres pelo capitalista foi facilitado pela introdução da maquinaria que, segundo ele, permitia o emprego de trabalhadores sem força muscular. À época, as mulheres eram consideradas parcialmente capazes do ponto de vista jurídico. O olhar sobre as mulheres é o olhar sobre seres indefesos e incapazes, dos quais o capitalista se aproveita para diminuir os salários dos homens adultos, roubar-lhes o trabalho e aumentar os lucros. Diz Marx: “Antes, o trabalhador vendia o trabalho do qual dispunha formalmente como pessoa livre. Agora vende mulher e filhos. Torna-se traficante de escravos. (MARX, s/d, p. 451).

Neste contexto, às mulheres não só aparecem como propriedade do capitalismo, mas como do homem/marido. Além disso, às crianças/filhos tornam responsabilidade apenas da mulher. Assim este entendimento da mulher como trabalhadora, vai estar sempre relacionada com o papel de reprodutora. Isso faz com que rotulamos a mulher enquanto família, mãe, dona-de-casa como referência que está sempre afrente de uma família, não que isto seja de fato um problema, mas que responsabiliza apenas a mulher eximindo o homem destas responsabilidades. Sendo assim o trabalho é tratado no masculino é ao homem que se associa a imagem de trabalhador, de provedor da família, essa imagem da mulher vai trazer limitações no que se refere ao trabalho.

Consequentemente estas manifestações nas condições de vida e trabalho destas mulheres acarreta na desvalorização da mulher nos espaços de trabalho, ocasionando o desemprego estrutural na vida das mesmas, além de um espaço seguro para seus filhos, enquanto estas estão em seus locais de trabalho, ou até mesmo a procura de emprego, bem como às múltiplas formas de violência que se destaca abaixo:

As relações de gênero refletem concepções de gênero internalizadas por homens e mulheres. “Eis porque o machismo não constitui privilégio de homens, sendo a maioria das mulheres também suas portadoras. Não basta que um dos gêneros conheça e pratique atribuições que lhes são conferidas pela sociedade, é imprescindível que cada gênero conheça as responsabilidades do outro gênero. (SAFFIOTI, 1992, p.10).

Considerando esta totalidade, trago novamente a importância do grupo neste espaço de trabalho, mobilizando e desmistificando o conceito da mulher na sociedade, de forma que possamos analisar os avanços, desafios, contradições e desigualdades a começar nas mobilizações destas mulheres na conjuntura atual brasileira. Além disso, as próprias dificuldades enquanto discente indígena em permanecer na universidade, pois os entraves encontrados em meio ao caminho da jornada acadêmica foram desencadeando limitações para prosseguimento das atividades, uma vez que a universidade não respeita o tempo, às diferenças e principalmente, às culturas diferenciadas que estão adentrando nas universidades federais, conseqüentemente a permanência destes torna-se ameaçada.

Por fim, enquanto estudante indígena kaingang, ser mulher/ mãe solo, entre outros obstáculos vivenciados até o momento, acredita-se que mesmo com muitas fragilidades no caminhar acadêmico o entendimento que a mesma obteve a partir de sua relação em ser indígena, com a atuação profissional de assistente social, foram compreendidas de forma objetiva.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trago por fim, e, com muita alegria, a conclusão de um ciclo de minha vida que com muito esforço finalizo através de uma vivência narrada a partir de experiências trazidas dos coletivos em que tive a oportunidade de estar presente dentro da universidade: na sala de aula, nos debates, nas atividades de extensão, nos eventos e salões de iniciação científica, nos corredores do prédio do Instituto de Psicologia, no Restaurante Universitário, no pátio do planetário, na grama que me sentei, no Bar do Jesus enfim no território indígena que foi a UFRGS. Também faz parte desta experiência, a sabedoria de meus ancestrais, a inocência e a pureza de nossas crianças indígenas. E assim neste trabalho de conclusão de curso pretendeu-se narrar a história vivida por uma mulher, mãe, indígena da etnia Kaingang na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na busca incessante pela formação profissional em Serviço Social.

Tecer as teias que circundam o ser mulher e viver na pele o que vem a ser escrito, exigiu a superação de muitas barreiras durante este período de escrita, porém nada impossibilitava a finalização deste trabalho, pois esta é a realidade de muitas mulheres que são mães sendo elas indígenas e não indígenas. Mulheres que lutam pelo mesmo objetivo, ou seja, a emancipação política e humana e o direito de estar com seus filhos nas universidades ou ainda ter garantido o direito a proteção social e acesso a educação infantil. Considerar-nos como incapaz de estar com as crianças para alcançar a profissão desejada, não é algo aceitável e através de muita luta a partir da intervenção em conjunto com os coletivos indígenas e não indígenas finalizo este trabalho com a visibilidade de atuação destas mulheres nas diferentes profissões desejadas e nos espaços políticos.

Na união destas mulheres quando uma pensava em desistir, a outra não soltava a mão e permanecemos resistentes, adequando-se aos modos de viver dos não indígenas, mas também trazendo o modo de viver indígena para dentro da Casa de Estudantes e com belas lembranças de nossas crianças correndo pelos corredores da moradia CEU e no prédio do Instituto de Psicologia, os banhos de ervas medicinais que nossa Kujá (pajé) preparava durante a gestação das mulheres que optaram em permanecer na casa e ter seus filhos naquele espaço que também é território indígena. Mas como já dito neste trabalho, também foram momentos de

tensão e medo de tirarem nossas crianças. Porém, a luta continuou.

Neste momento de fechamento do meu trabalho avanços ocorreram com relação à luta dos estudantes indígenas pela conquista da CEI. Esta importante retomada de um espaço público, protagonizada principalmente pelas mães indígenas universitárias para que fossem acolhidas e respeitadas nos costumes e tradições ao lado de seus filhos teve adesão de diferentes segmentos da Universidade e sociedade. A luta pelo direito de uma Casa de Estudante Indígena, algo que esteve sempre na nossa agenda desde que entrei na UFRGS. A pauta por uma moradia específica é protagonizada principalmente por mulheres estudantes indígenas, quando essas passaram a ser maioria na aprovação das vagas, pois algumas eram mães ou passavam a ser durante o processo da graduação. Na moradia anterior, a Casa do Estudante Universitário (CEU), impossibilitava a presença de filhos de estudantes indígenas, tendo inclusive no regimento interno da CEU, em um de seus artigos, a vedação de permanência de crianças. Ainda assim, algumas mães estudantes indígenas, sem ter outra opção, permaneciam “escondidas” com seus filhos na CEU, um lugar extremamente ríspido, que não aceita os modos de ser e viver indígena. Entretanto, avanços serão necessários, assim como compromissos e planejamentos coletivos para que a nova CEI seja esse espaço tão almejado.

Além disso, trago a importância da formação profissional de mulheres indígenas como assistentes sociais, assim como falar desta profissão que na maioria das comunidades indígenas ainda é desconhecido e, como consequência, a atuação dentro das comunidades é ineficaz. Acredito que este trabalho de conclusão de curso, será compartilhado com outras mulheres indígenas e até mesmo não indígenas, para execução de seminários, rodas de conversa como na comunidade em que estou inserida, para dar continuidade e reforçar o entendimento sobre a profissão que escolhi. Além do mais, possibilitar principalmente o acesso à informação sobre os direitos das mulheres para que tenham representatividade nas comunidades indígenas e, assim, instrumentalizadas possam construir estratégias de luta para avançarmos com os direitos sociais, assim como os indígenas.

O Serviço Social me transformou e agora quero transformar essa realidade tão perversa e desigual que age naturalmente diante das barbáries, das desigualdades e violações de direitos da população. Para o capital não há limites, vidas são ceifadas e tudo se torna mercadoria: a água, a árvore, os peixes, nossos corpos,

enfim. Ao compreender o projeto ético político da profissão de assistente social vejo a sua importância para a construção de outra sociedade justa, de respeito à natureza da qual somos parte, assim como a história de seu povo.

Para isto, continuarei na luta e agora com uma profissão que me construirá cotidianamente nos coletivos do qual faço e farei parte. Acredito que o processo de formação continua por meio da educação permanente e reflexões cotidianas nas situações de trabalho profissional e de luta indígena, é fundamental. Precisamos avançar na discussão da questão indígena no âmbito do Serviço Social valorizando as epistemologias ancestrais, combatendo o racismo estrutural, reafirmando as ações afirmativas para acesso e permanência de estudantes indígenas na educação superior, ampliando as oportunidades para a inserção dos/as assistentes sociais indígenas em diferentes espaços de trabalho, assim como, em concursos públicos com cotas, entre outros aspectos. Quem sabe possamos ter docentes e pesquisadores/as assistentes sociais ocupando as Universidades e contribuindo com novas epistemologias para a formação no Serviço Social. É por isto que lutamos e construímos conhecimento respeitando nossa ancestralidade.

Finalmente destaco a defesa e ampliação dos direitos voltados às mulheres indígenas e não indígenas, para que estas possam usufruir destes direitos que estão garantidos por lei, mas que na realidade é restrito a maioria delas. Contudo, todas as intervenções e/ou debate político que “envolva os corpos e direitos indígenas e, fundamentalmente das mulheres indígenas, também deve envolver os nossos olhares e nossas perspectivas, respeitando o tempo e a maneira de cada povo [...]” (FIDELIS; CARVALHO; CLAUDINO; BRITO, 2020, p.193).

Avançamos pela luta e resistência destas mães, e diga ao povo que avance!

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes Curriculares da ABEPSS**. Brasília: DF, 2021. Disponível em: <<https://www.abepss.org.br/diretrizes-curriculares-da-abepss-10>>. Acesso em: 17 de out. de 2021.

ARAUJO, Angela Maria Carneiro; FACCHINI, Regina. Mulheres e Direitos Humanos no Brasil: avanços e desafios. *In: Jornal da UNICAMP*. São Paulo: 2018. Disponível em: <<https://www.unicamp.br/unicamp/ju/artigos/direitos-humanos/mulheres-e-direitos-humanos-no-brasil-avancos-e-desafios>>. Acesso em: 14 de abr. de 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 01 de ago. de 2021.

BRASIL. **Decreto no 7.234**, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Poder Executivo: Brasília, 2010.

BRASIL. **Lei nº 12.711**, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm/>. Acesso em: 02 de ago. de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Plano nacional de educação - PNE**. Brasília, 2011. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16478&Itemid=1107>. Acesso em: 16 de dez. de 2019.

BRASIL. **Lei Maria da Penha, nº 11.340**, de 07 de agosto de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 20 de ago. de 2021.

BRASIL. **Lei do Feminicídio, nº 13.104**, de 09 de março de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm>. Acesso em: 8 de dez.de2021.

BRASIL. Governo do Estado de Mato Grosso do Sul. **Violência contra Mulheres Indígenas**. Disponível em: <<https://www.naosecale.ms.gov.br/violencia-domestica-contra-mulheres-indigenas/>>. Acesso em: 10 de jan.de2022.

BEHRING, Eliane Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamento e história**. São Paulo: Cortez, 2011.

CARLOTO, Cássia Maria. O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais. *In: Serviço Social e Sociedade*. V. 3, n. 2, jan/jun. Londrina: UEL, 2001, p. 201-213.

CERQUEIRA, Daniel; MATOS, Mariana Vieira Martins; ANTUNES, Ana Paula et al. **Avaliando a Efetividade da Lei Maria da Penha**. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3538/1/td_2048.pdf>. Acesso em: 10 de set.de2021.

CFESS. Conselho Federal de Serviços Social. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. Brasília, 10ª Ed., 2012. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf>. Acesso em: 23 de set. de2021.

CRESS-SP. Conselho Regional de Serviço Social – SP. **As contribuições do Serviço Social na defesa dos direitos das mulheres da classe trabalhadora**. Site do CRESS-SP, 2015. Disponível em: <<http://cress-sp.org.br/as-contribuicoes-do-servico-social-na-defesa-do-direito-das-mulheres/>>. Acesso em: 10 de set. de2021.

DOMINGOS, Aline Kaingang. **Relatório Final do Estágio Obrigatório em Serviço Social III**. Curso de Serviço Social. UFRGS: Porto Alegre, 2019.

DOMINGOS, Angelica. **O BEM VIVER KAINGANG**: Perspectivas de um modo de vida para construção de políticas sociais com os coletivos indígenas. Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social. Porto alegre: UFRGS, 2016. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/148630#:~:text=Retrata%20o%20Bem%20Viver%20kaingang,Povos%20Ind%C3%ADgenas%3B%20a%20educa%C3%A7%C3%A3o%20escolar>>. Acesso em: 10 de out. de 2021.

FERNANDES, Rosa Maria Castilhos; AMES, Valesca; DOMINGOS, Angélica. Encontros e desencontros das ações afirmativas no ensino superior: as resistências dos estudantes indígenas. *In: O Social em Questão*. Ano XX - nº 37. Jan a Abr – 2017. p. 71-90.

FIDELIS, Jaciele Nyg Kutiá; CARVALHO, Rejane Nunes de; CLAUDINO, Silvana; BRITO, Patrícia Oliveira. **Mulheres Indígenas Kaingang: olhares, desafios e proposições sobre políticas de “gênero”**. IN: FERNANDES, Rosa Maria Castilhos; DOMINGOS, Angélica (ORG) Políticas Indígenas: contribuições para afirmação e defesa dos direitos indígenas. Porto Alegre: UFRGS, 2020. P. 191-215. Disponível em: https://www.ufrgs.br/cegov/publicacao/v/153?n=Pol%C3%ADticas_Indigenistas%3A_contribui%C3%A7%C3%B5es_para_afirma%C3%A7%C3%A3o
Acesso em dezembro 2021.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade no trabalho do assistente social**. Editora Cortez, 5ª. Edição, 2007.

IAMAMOTO, Marilda. Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. *In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Unidade IV: O significado do trabalho do Assistente Social nos distintos espaços sócio-ocupacionais. CFESS/ABEPSS: Brasília, 2009, p. 402- 442.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço Social na contemporaneidade: os fundamentos teóricos-metodológicos e técnico-operativos do trabalho profissional**. Cadernos SESI: Brasília, 2002.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (org). Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da Violência de 2019**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf>. Acesso em: 13 de set. de 2021.

MARX, Karl. **O Capital** - Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MIOTO, Regina Celia Tamasso. Família e políticas sociais. *In: BOSCHETTI, Ivanete et al (org.). Política social no capitalismo: tendências contemporâneas*. São Paulo: Cortez, 2ª ed., 2009. p. 130-148.

MIOTO, Regina Celia Tamasso. Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar. *In: SALES, Apolinário; MATOS, Maurílio Castro de; LEAL, Maria Cristina (org.). Política Social, Família e Juventude: uma questão de direitos*. São Paulo: Cortez, 6ª ed., 2010.

MIOTO, Regina CeliaTamaso. Orientação e acompanhamento social a indivíduos, grupos e famílias. *In: CFESS/ABEPSS. Serviço Social - Direitos Sociais e Competências Profissionais*. Brasília: CFESS, 2009.

PEREIRA, CamilaPotyara. **Proteção Social no Capitalismo**:Crítica a teorias e ideologias conflitantes. São Paulo: Cortez, 2016.

PRATES, Jane Cruz. A questão dos instrumentais técnico-operativos numa perspectiva dialética crítica de inspiração marxiana. *In: Textos & Contextos*. Porto Alegre: PUCRS, 2016, p. 1-8. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/fass/article/view/948>>. Acesso em: 25 de nov. de 2021.

SAFFIOTI, Heleieth. Rearticulando gênero e classe social. *In: COSTA, A. O.; BRUSCHINI, C. (Orgs.). Uma Questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

SOUSA, Charles Toniolo de. A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. *In: Emancipação*. v. 8, n. 1. Ponta Grossa: 2008.

SOUZA, Romulo Paes. Proteção Social. *In: FERNANDES, Rosa Maria Castilhos; HELLMANN, Aline. DICIONÁRIO CRÍTICO: Política de Assistência Social no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, p. 226-229.

UFRGS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Decisão Nº 134/2007 do Conselho Universitário** – CONSUN, 2007. UFRGS. Dispõe sobre o Relatório da Comissão de Acesso e Permanência do Estudante Indígena. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

UFRGS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Site da Coordenadoria de Ações Afirmativas**. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/acoesafirmativas/>>. Acesso em: 16 de dez. de 2019.

VILEIRINE, Reginaldo Miguel de Lima. Os Instrumentais técnicos no trabalho com grupos. *In: LAVORATTI, Cleide; COSTA, Dorival (org). Instrumentos técnico-operativos no Serviço Social: um debate necessário*. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016.